

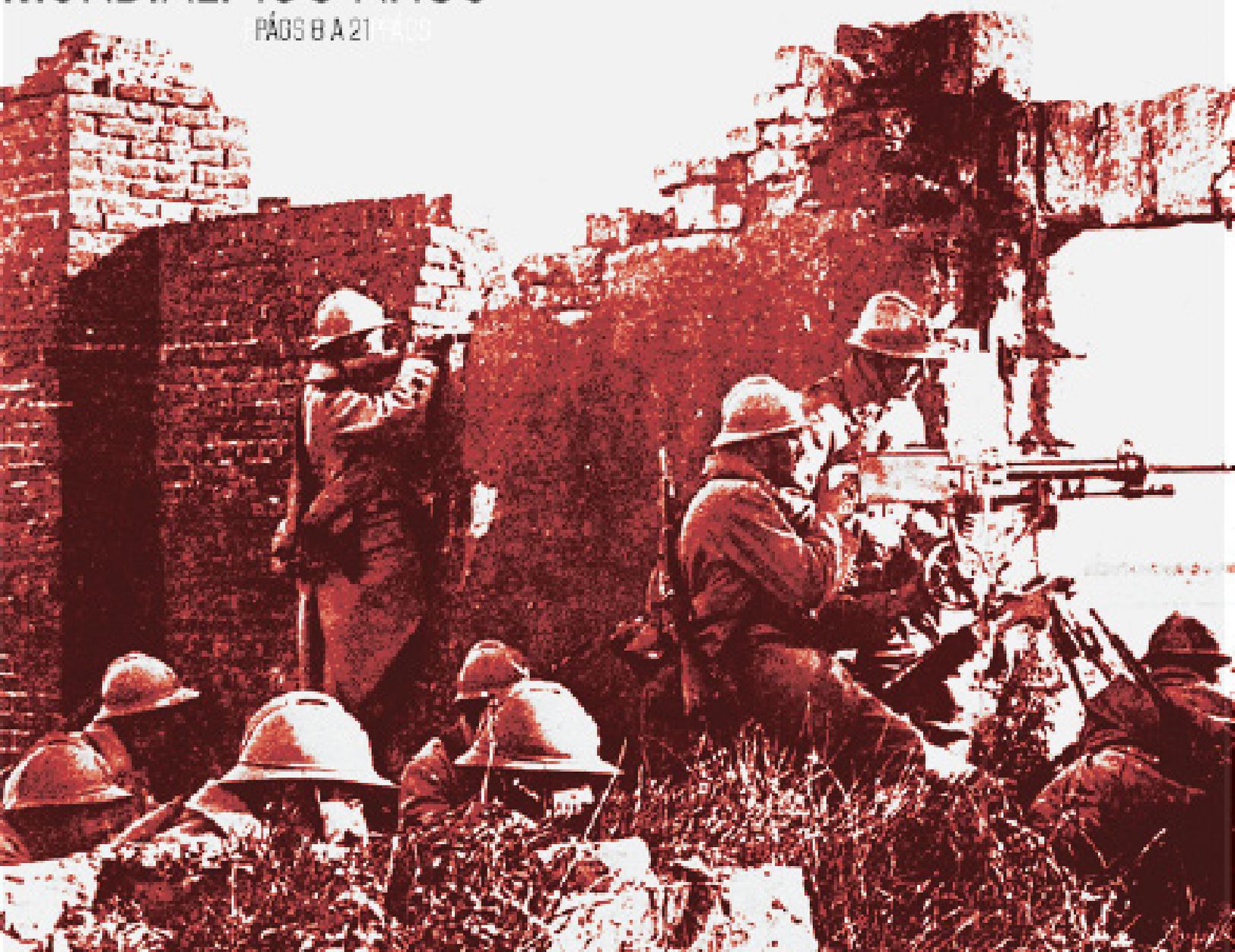
ISSN: 2318 9711

O COSMOPOLÍTICO

v. 3 n. 1 nov. 2014

DOSSIÊ PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: 100 ANOS

PÁGS 8 A 21 PÁGS



DE KIEV A FORTALEZA
A CRISE UCRAJIANA E O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS BRICS.
PÁG. 25

TEORIA DE CONTENÇÃO DO RIMLAND E EFEITOS NA PRÁTICA DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA.
PÁG. 31

DO ATLÂNTICO AO PACÍFICO:
A INFRAESTRUTURA E A POLÍTICA INTEGRACIONISTA SUL-AMERICANA.
PÁG. 35

A INVASÃO DO IRAQUE E O PROGRAMA TRADUJIANO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA.
PÁG. 42

STAFF

LÚCIO FLÁVIO BORGES NETO
EDITOR-CHEFE

ANDRÉS PEÑALOZA LANZA
EDITOR CIENTÍFICO

MARIA HELENA RIBEIRO
EDITORA CONSULTIVA

RAFAELA CARVALHO
EDITORA EXECUTIVA

APOIO:



INSTITUO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS -
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

O COSMOPOLÍTICO | ANO 3
NITERÓI, RJ - NOVEMBRO DE 2014

O Cosmopolítico é um periódico do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense. Criado em 2011, teve como objetivo divulgar textos acadêmicos, literários, charges, entrevistas, que condensassem os assuntos inerentes às Relações Internacionais. No ano de 2013, iniciou-se uma reformulação total d'O Cosmopolítico. Inicialmente, sendo um periódico impresso, tornou-se uma publicação integralmente online, a fim de facilitar sua divulgação.

Em 2014, o Cosmo passou por uma expansão em seu quadro de membros, passando a contar com uma equipe maior, capaz de lidar com os desafios impostos por sua nova fase e comprometida em transformar o periódico em referência na área.

EQUIPE EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo (UFF)

Prof. Dr. Luíz Pedone (UFF)

Prof. Dr. Thomas Heye (UFF)

Prof. Dr. Adriano de Freixo (UFF)

Prof. Dr. Thiago Rodrigues (UFF)

Prof. Dr. Fernando Roberto (UFF)

Prof. Dr. André Varella (USP)

Prof. Dr. Jonuel Gonçalves (UFRRJ)

Prof. Fernando Brancoli (PUC - Rio)

Prof. Edson Branco M. Luiz (UNIGRANRIO)

Prof. Dr. Gabriel Passetti (UFF)

Prof. Dr. Victor Leandro Chaves (UFF)

Profa. Beatriz Mattos (UFF)

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Atul Singh (University of Pennsylvania)

Prof. Paulo Duarte (Université Catholique de Louvain)

EDITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Manuela Melani

Matheus Sousa

Eduardo Botelho

Alexandre Rodrigues

EDITORIA DE COMUNICAÇÃO

Fabiana Calabrese

Rayan Vahia

Giovanny Ferreira

Clara Alves

Fernanda Coutinho

Lara Brito

Júlia Soares

Isadora Guerra

EDITORIA DE REDAÇÃO

Agatha Lopes

Fernando César

Leandro Ortolan

Natália Araújo

Juliana Caulo

Victor Brito

João Pedro Levy

Letícia Ferreira

Yasmin Cunha

Samyres Amaral

Gabriel Asaf

Anderson Amendola

Luana Ayala

Novos membros, novos desafios, novas conquistas

por *LÚCIO FLÁVIO BORGES NETO*

O Cosmopolítico é um periódico acadêmico da área de Relações Internacionais feito pelos alunos de graduação do curso de Relações Internacionais, vinculado ao INEST-UFF. Fundado em 2011 como um jornal destinado a assuntos internos do corpo discente do curso, visava também a divulgação de textos acadêmicos e literários. Reformulado em 2013, passou a ser veiculado exclusivamente online e aceitar contribuições acadêmicas das mais diversas origens, tendo como diretriz editorial primária a valorização da pesquisa e da produção científica desde a graduação.

Após três edições em seu novo formato, o Cosmopolítico sofreu uma mudança em seu corpo editorial. Anteriormente reduzido a cerca de cinco alunos de períodos mais avançados, passou a dispor de uma equipe composta por vinte e oito membros, concentrados principalmente nos primeiros anos da graduação, trabalhando sob supervisão e orientação dos professores do INEST. Além disso, formalizou-se sua estrutura através da elaboração de um regimento interno, cujo objetivo principal de consolidar a atual disposição de funções visa garantir sua existência de maneira inerente ao pessoal que o compõe, cristalizando-o como um elemento fixo a todos os alunos que cursam, já cursaram e que ainda cursarão o curso de Relações Internacionais da UFF, em oposição à antiga e efêmera estrutura baseada em poucos alunos.

Portanto, a palavra que melhor serve para conceituar o atual momento do jornal é consolidação. Re-

speitando toda a história pregressa que lhe permitiu o melhor dos ambientes para início de trabalho (através de parcerias firmadas, respaldo do corpo docente do instituto e reconhecimento na comunidade acadêmica da área) a atual equipe, embora carente de experiência, dispôs-se a melhorar o Cosmopolítico e a transformá-lo em referência, através de muita dedicação, responsabilidade e esforço. A edição que você tem em mãos é fruto de um incessante trabalho, iniciado meses atrás, de pesquisa, discussão e produção, bem como da análise crítica dos artigos recebidos durante o período em que nossa chamada esteve aberta.

Acredito que estivemos à altura do desafio, embora saiba ser parcial tal opinião e naturalmente comprometida por todo o envolvimento emocional que surge nesse tipo de trabalho. Convido, então, o leitor a aproveitar as próximas páginas para formular, em posição muito melhor do que a minha, seu próprio julgamento. Caso a impressão deixada pela leitura seja positiva, estendo meu convite ao acompanhamento das edições vindouras que se tornarão cada vez melhores. Aproveito, também, para convidá-los a contribuir com o nosso projeto, seja através do envio à nossa equipe de seus próprios artigos, sempre bem-vindos, ou ampliando nossa rede de intercâmbio científico, estabelecendo conosco parcerias e trabalhos conjuntos, algo que almejamos continuamente a fim de poder oferecer a toda comunidade sempre a melhor produção acadêmica possível.

SUMÁRIO

DOSSIÊ

PRIMEIRA GUERRA

A Utopia dos Inocentes, pág. 8
Agatha Lopes

A Face Feminina da Guerra, pág. 11
Samyres Amaral Freitas

Cicatrizes em Verdun, pág. 13
Leticia Ferreira

A Eficiência do Aço, pág. 16
Fernando César

Entrevista com Prof. Olivier Compagnon, pág. 18
Neto Borges e João Pedro Levy

Resenha do filme Feliz Natal, pág. 21
Leandro Ortolan e Juliana Caulo

ARTIGOS

De Kiev a Fortaleza: A Crise Ucraniana e o Fortalecimento Institucional dos Brics, pág. 25
Ana Carolina Macedo Abreu

Teoria de Contenção do Rimland e Efeitos na Práxis da Política Externa Norte-Americana, pág. 31
Ariane Costa dos Santos

Do Atlântico ao Pacífico: A Infraestrutura e a Política Integracionista Sul-Americana, pág. 35
Renato Thomaz Borges

A invasão do Iraque e o Programa Iraquiano de Armas de Destruição em Massa, pág. 40
Lucas Hage Chagas

COLUNAS

ECONOMIA INTERNACIONAL

Dívida Argentina: A crônica de uma morte anunciada, pág. 48
Luana Ayala

DIREITO INTERNACIONAL

A questão do apátrida no Brasil, pág. 51
Anderson Amendola

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Eleições 2014: Dilma e a manutenção de sua política externa, pág. 55
João Pedro Levy e Gabriel Asaf

A VISÃO DO ESPECIALISTA

Entrevista com Felix Dane, pág. 57
Agatha Lopes

POLÍTICA INTERNACIONAL

Isis e a violação dos Direitos Humanos, pág. 59
Natália Araújo

RESENHA CULTURAL

Relato de Guerra Extrema, pág. 62
Yasmin Paes

NÃO DEIXE DE
ACOMPANHAR O COSMO
TAMBÉM NAS REDES
SOCIAIS



facebook.com/ocosmopolitico



twitter.com/ocosmopolitico



issuu.com/ocosmopolitico

ocosmopolitico.com

ocosmopolitico@gmail.com



DOSSIÊ: PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

A UTOPIA DOS INOCENTES

Agatha de Souza Lopes



Deflagrada em 1914, a inaudita sangueira chamada Primeira Guerra Mundial sequer fora prevista pelos contemporâneos. Apostava-se em uma guerra rápida, mas a realidade do front reservou às páginas da História um morticínio jamais visto em escala planetária.

A ebulição de revanchismos e crises políticas devastou a crença nas instituições políticas vigentes, enterrando os vestígios do século XIX¹ e marcando a foga a belicosa primeira metade do Século XX. Não apenas as tecnologias e táticas militares sofreram uma revolução sísmica, mas as nações e o mapa político mundial passaram por grandes mudanças, ratificando o aforismo que o Estado fez a guerra, e a guerra fez o Estado.²

A [der] rota a Langemarck

A Primeira Batalha de Ypres marcou o final das campanhas de 1914 com uma significativa vitória às potências Aliadas. Esperava-se primeiramente que as tropas de Guilherme II marchassem imponentes por uma Ypres conquistada, predição frustrada em vista a resistência britânica e francesa ao longo de Menin, es-

trada de acesso à cidade, contendo o saliente Ypres e impedindo o avanço alemão.

O arco da Primeira Guerra Mundial institucionalizado como Corrida ao Mar encontra seu desfecho. A despeito do fracasso estratégico de ambos os lados em articular uma guerra de movimento, historiadores³ apontam a imaturidade das formações do Kaiser ao final dessa fase do teatro operacional como responsável pela morte de milhares de homens, sobretudo estudantes, cujo episódio emblemático chamou-se O Massacre dos Inocentes, em Langemarck.

Ecoss de tradição aguerrida

Konrad H. Jarausch em seu brilhante artigo *German Students in the First World War*⁴ recria todo o cenário acadêmico do Império Alemão, assinalando as instituições de ensino superior como antro do patriotismo belicoso arraigado na massa estudantil. Contrariando o senso-comum que o ambiente Universitário é um bastião de pacifismo teórico, o Nacionalismo Acadêmico rebentava entre as turmas.

3 – WILLMOTT, H.P. *Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

4– JARAUSCH, Konrad A. *German students in the First World War in: Central European History*, 17, pp 310-329. Cambridge University Press, 1984.

1 – OVERY, Richard James. *The Inter-War Crisis*. New Jersey: Pearson Education Press, 1994.

2 – TILLY, Charles. *Coercion, Capital, and European States*. Oxford: Blackwell Pub, 1992.

Às vésperas da Grande Guerra mais da metade dos estudantes pertenciam às chamadas corporações. Agremiações universitárias não-oficiais influíam diretamente congregando alunos sob diversas ideologias. Conquanto grupos distintos competissem nas instituições, todos aferiam um caráter hierárquico tangente ao militarismo: a exemplo, eram comuns ritos de iniciação, e, inclusive o duelo de espadas como meio de fazer justiça e provar a honra.

Embora Norman Angell e sua tese da inutilidade da guerra ⁵servisse como porta-voz aos diminutos grupos pacifistas de alunos e professores, o conteúdo majoritariamente lecionado nas Universidades continha doses belicistas capaz de influenciar aos alunos. Isso, somado ao gosto literário por autores como Jomini, Clausewitz e Von Bernhardt, fomentou a Geração de 1914 demasiadamente exaltada.

Havia o senso missionário da liderança da nação ser papel dos acadêmicos. O perfil dos estudantes era diversificado, figurando tanto homens quanto mulheres, judeus, católicos, protestantes, pouco ricos e uma abrasadora classe média. Professores encaravam a eminência de uma guerra como o teste legitimador da educação nacional: seu trabalho teórico de lecionar germinaria a virtude cívica, o fruto da silente educação política nacionalista.

Jarausich aponta, também, que o corporativismo fora responsável pelo senso de lealdade à pátria e superioridade. Dada a Crise de 1914, em agosto os universitários acolheram com assombroso entusiasmo à declaração de Guerra. Superando agremiações e divergências, de Berlim até Tübingen foram realizadas passeatas, e oradores tomaram palanques públicos com inflamados discursos pró-guerra. Cerca de 80% dos universitários alistaram-se voluntariamente.

Embora leitores assíduos, aparentemente os jovens esqueceram-se de simples lições jominianas⁶ que

5 – ANGELL, Norman. *The Great Illusion*. London: William Heinemann, 1910.

6 – JOMINI, Antoine-Henri (trans. Col. S.B. Holabird, U.S.A) *Treatise on Grand Military Operations*. New York: D. van Nostrand, 1865

pressupunham objetivos coerentes, onde faz-se guerra visando conquistas políticas. O estandarte levantado, todavia, era difuso e generalizante: a luta pela pátria.

Clausewitz⁷, por sua vez, certamente veria na moral desses jovens uma das chaves necessárias para o sucesso em campo, contudo, nessa perspectiva erraram os generais: seguiram cegamente à tese clausewitziana que a concentração de forças assegura conquistas, enviando a destreinada massa estudantil para formação do IV Exército Alemão.

“A Era dos Heróis, com o Kaiser, Deus e o Reich”⁸

Oficiais veteranos da Guerra Franco-Prussiana responsabilizaram-se por alocar os milhares de voluntários estudantis, não diluídos entre outros exércitos, mas concentrados na IV divisão reformulada às pressas para apoiar o VI Exército em Flandres. Responsáveis pelo combate travado em Langemarck durante a I Batalha de Ypres, aos combatentes germânicos foi oferecido um treinamento de oito semanas; aos britânicos e franceses inimigos, artilharia pesada e modernas metralhadoras, desconhecidas pelos jovens alemães.⁹

A historiografia influenciada pela comoção da época narra adolescentes cantando, literalmente, “Deutschland über alles” enquanto eram aniquilados. O relato do episódio foi estampado na edição 263 do *Freiburger Tagblatt*, e, no ano seguinte, as sentimentais cartas do sobrevivente Hermann Koopmann foram publicadas¹⁰

É inegável o espírito mavórtico dos universitários. O episódio de Langemarck foi real, mas tomou proporções titânicas. Assim, a grande falácia presente na mitificação exacerbada do *Kindermord* é desmentida

7 - VON CLAUSEWITZ, Carl. *Da Guerra*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010

8 – Editoral “Liebe Bundesbrüder”. *Akademische Monatshefte* 29 (1914): 3ff.

9 – WILLMOTT, H.P. *Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

10 – Disponível em <http://www.kaiserscross.com/40312/179301.html> acessado em 15/10/2014 às 18h

da ao sabermos que as estatísticas 12 apontam a idade média dos calouros – consequentemente combatentes – em 20 anos (e não demasiadamente jovens).

A experiência – real ou santificada – do ocorrido culminou na modificação da mentalidade dos jovens, que saíram mais céticos e com novas visões sobre o que é pátria, guerra e vitória, muito distintas daquelas cantadas nas passeatas. O entusiasmo transfigurou-se em horror ao testemunharem o combate, a insalubridade, a realidade visceral. Os números amedrontam ainda mais: 1/4 da Geração de 1914 jaz cadáver, fora os mutilados, os inválidos, os sequelados.

Talvez os “inocentes” não sejam apenas esses soldados enterrados nas valas e no emblemático Cemitério de Langemarck, mas aqueles que futuramente repetiram a ingênua utopia nacionalista da Primeira Guerra Mundial.

Bibliografia

ANGELL, Norman. *The Great Illusion*. London: William Heinemann, 1910.

COWLEY, Robert. *The Great War: Perspectives on the First World War*. New York: Random House, 2003

JARAUSCH, Konrad A. German students in the First World War in: *Central European History*, 17, pp 310-329. Cambridge University Press, 1984.

JOMINI, Antoine-Henri (trans. Col. S.B. Holabird, U.S.A) *Treatise on Grand Military Operations*. New York: D. van Nostrand, 1865

KEEGAN, John. *The First World War*. London: Hutchinson, 1998

OVERY, Richard James. *The Inter-War Crisis*. New Jersey: Pearson Education Press, 1994.

STRACHAN, Hew. *The First World War: Volume 1: To Arms*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

TILLY, Charles. *Coercion, Capital, and European States*. Oxford: Blackwell Pub, 1992.

VON CLAUSEWITZ, Carl. *Da Guerra*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010.

WILLMOTT, H.P. *Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

A FACE FEMININA DA GUERRA

Samyres Amaral Freitas



“Eu entendo que o patriotismo não é suficiente. Não devo ter ódio nem ressentimento de ninguém”.

Edith Cavell (1865-1915), enfermeira-chefe de um hospital da Cruz Vermelha trabalhou em um movimento clandestino que ajudou centenas de soldados prisioneiros a escapar da Bélgica que estava sob ocupação alemã. Quando descoberta foi condenada à morte por fuzilamento, em 1915. Sua morte causou uma série de revoltas e campanhas contra a Alemanha.

A Primeira Guerra Mundial contou com importante atuação das mulheres antes e durante a guerra, na linha de frente – embora ainda de forma tímida - e no suporte, buscando mudanças sociais significativas.

O caráter de guerra total do conflito exigiu um enorme esforço humano no combate e uma armaria pesada. Os avanços tecnológicos militares e as trincheiras como modo de campanha mobilizaram homens dos mais diversos países para guerrear. Além disso, a Europa encontrou-se em uma situação completamente nova onde as populações civis, mesmo longe de qualquer campo de combate, estavam expostas à fome e às doenças causadas pela guerra.

Contando com uma campanha curta, a maioria dos países não tinha planos de longo prazo nem para a indústria, nem para distribuição de alimentos. Os cartões de racionamento e as filas intermináveis para receber

comida – que na Rússia tornaram-se foco revolucionário - eram o cotidiano das populações civis, que foram forçadas a conviver com o período de recessão.

As mulheres sempre estiveram presentes na guerra como vítimas ou enfermeiras, porém a Primeira Guerra exigiu a participação delas de uma forma sem precedentes. Enquanto muitas sufragistas lutavam pelo direito de servir das mulheres, milhares de municionetes foram trabalhar nas fábricas. Elas eram necessitadas em todo lugar, o que significou grande estímulo para a abertura de novas oportunidades de emprego e direitos civis. Nos Estados Unidos, imediatamente após o fim da guerra, foi decretado o voto feminino.

A participação feminina no campo transparece na “Women’s Land Army”, uma associação inglesa criada para regularizar o trabalho remunerado e de tempo integral para mulheres na agricultura. Somente na Grã Bretanha mais de 113.000 mulheres dedicaram-se a isso durante a guerra. Já no setor burocrático os avanços foram mais discretos, porém, mais permanentes. Elas normalmente trabalhavam em agências do governo.

Na área da medicina podemos citar o “Scottish Women’s Hospitals” e a “Cruzada das Mulheres Portuguesas” que atuaram na frente de batalha ocidental, cuidando de soldados feridos.

Rimma Mikhailovna Ivanova

Segunda mulher na história a entrar no exército russo. Em 1915, recebeu a condecoração de mais alto grau da época, por decreto de Nicolau II, como heroína. Sua façanha militar foi, aos 21 anos, incitar um ataque que a lançou para as trincheiras inimigas depois da morte de dois oficiais de seu regimento. Nessa batalha sofreu um ferimento grave que levou a sua morte.

Maria Bochkareva

Organizadora do Batalhão da Morte do exército russo, todo composto por mulheres. As mulheres do Batalhão raspavam a cabeça e vestiam-se com uniformes comum do exército. Partiram para frente de batalha, lutar nas trincheiras.

Portanto, a participação das mulheres na Primeira Guerra Mundial foi muito mais efetiva que em conflitos anteriores e esta fortaleceu a luta dos movimentos feministas e garantiu a elas direitos civis no pós-guerra. Entende-se também, que estes foram conseguidos por conta do importante papel delas no conflito e, embora ainda faltasse muito para elas se afirmarem na sociedade, foi uma grande vitória. Foram mulheres que se empenharam no esforço de guerra, substituindo seus maridos, filhos e netos que foram para o campo de batalha. Além daquelas que foram lutar ao lado deles, indo contra a os princípios do patriarcado.

“We are here not because we are law-breakers; we are here in our efforts to become law-makers”

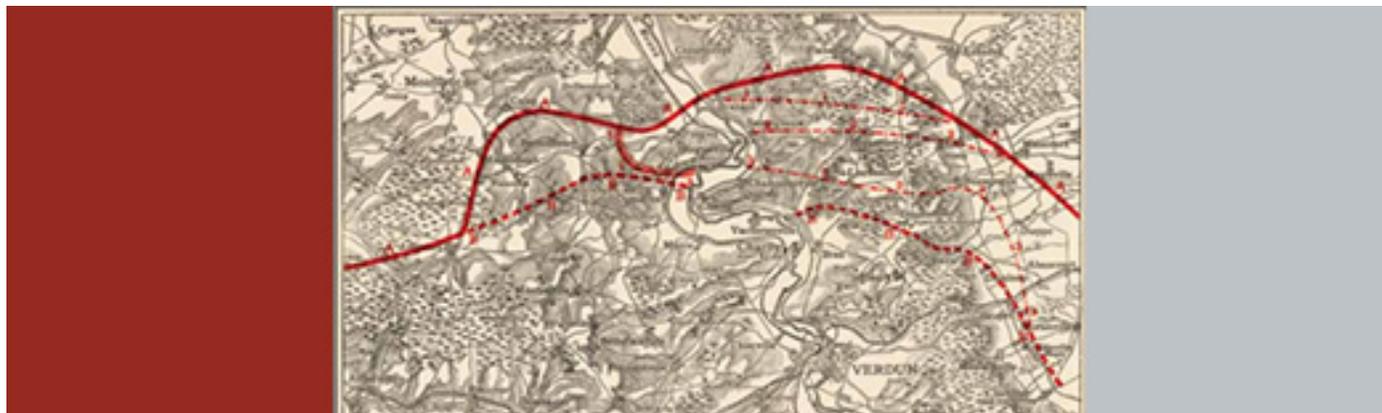
(Emmeline Pankhurst, líder do movimento sufragista inglês).

Bibliografia

1. WILLMOTT, HP - Primeira Guerra Mundial, Nova Fronteira, 2003
2. COOK, A. Bernard - Women and War. A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present. ABC-CLIO, Estados Unidos, California, 2006.
3. CAMPOS, Ludimila Caliman. 2012. No Afrouxar dos Espartilhos. Uma análise interdisciplinar acerca da formação da identidade ocidental feminina durante Primeira Guerra Mundial sob a ótica da indumentária. Mato Grosso do Sul. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 12 – UFGD. p. 7-11
4. ALEKSANDR, Rorolkov. 2014. A Outra Face da Guerra. Gazeta Russa. Disponível em: <http://br.rbth.com/arte/2013/06/13/face_feminina_da_guerra_tem_uma_longa_historia_19805.html>

CICATRIZES EM VERDUN

Daiane Leticia Ferreira



A contagem dos anos é determinada pelo movimento relativo da Terra em torno do Sol, sendo uma volta completa 365 dias e seis horas. A soma destas horas extras ao fim de quatro anos resulta na adição de mais um dia ao ano- chamado 'bissexto'. Porém, fevereiro de 1916 não traz consigo apenas a adição de um dia, segundo as regras do calendário gregoriano, como também o início da batalha de maior número de baixas da Grande Guerra- A Batalha de Verdun, cujo início se deu em 21 de fevereiro do referido ano.

Àquele que se disponha, contudo, a observar as raízes desta batalha será levado a escavar quase meio século antes da primeira ordem de ataque, em direção a outro combate entre, praticamente, os mesmos beligerantes - A Guerra Franco-Prussiana, de 1870.

A guerra exaltou vencedor a Prússia, e o último imperador francês Louis Napoleão viu seu país caminhar em direção ao cativo germânico em meio ao cenário mais humilhante até então vivido pelo França. Dentro do Palácio de Versalhes, cujas paredes trazem a inscrição “à tout les glories de la France”¹, o rei prussiano Guilherme I proclamou-se Kaiser. Impondo, ainda, um acordo de paz punitivo, levando consigo dois dos territórios mais prósperos da França, bem como uma indenização para reparos em escala sem precedentes. Se já não fosse suficiente, os cidadãos franceses viram seus inimigos desfilar através do Arco do Triunfo nesta ocasião.

Ao término desta guerra a França encon

1 Para todas a glórias da França (Tradução Própria)

trava-se com a moral abalada, no entanto, segundo Horne, a derrota francesa não significou a médio prazo disparidade com a sua rival. Nos meses que se seguiram a economia francesa retornou ao crescimento, fato que possibilitou o pagamento total da indenização à Alemanha em três anos. Reposicionando-se como a segunda maior economia da Europa.

A reestabilização francesa no âmbito econômico possibilitou o investimento bélico, bem como a ampliação legislativa no que a isto diz respeito. Foram aprovadas três leis que intensificaram o investimento em recursos estratégicos- tornou pela primeira, vez o serviço militar universal obrigatório e com duração de cinco anos, também inaugurou o quadro de reservistas.

Reconfigurou-se, também, o sistema de defesa francês com base na premissa do General Miribel- “In peace, its role is prepare for war”². No entanto, inferia-se que reorganização militar francesa não seria suficientemente forte para conter novo ataque alemão, tendo em vista que a sua nova possessão territorial (Alsácia-Lorena, importante reversa de carvão mineral) provia insumo energético para o crescimento industrial germânico.

Para o eventual avanço inimigo seria necessário, na concepção francesa, a construção de uma barreira física mais incisiva que a natural (delimitação fluvial). Desenhou-se, portanto, um complexo de fortificações só superado pela Linha Maginot, o qual consistia na con-

2 Em paz, o sua função é preparar para a guerra. (HORNE- Tradução Própria)

strução de duas linhas contínuas, cujas bases principais estavam em Épinal –término da linha de proteção na fronteira com a Suíça- e em Toul, na margem direita do Rio Meuse,

De acordo com Horne, o eixo Épinal- Toul formava um intervalo de cinquenta milhas (em torno de 80,5 quilômetros) chamado de ‘Tourée de Chames’ lacuna projetada para ser “like a gateway in a wall”³ cuja função era canalizar a invasão inimiga a região que fosse pelos franceses desejada. Verdun, era ao mesmo tempo à chave da referida ‘porta de entrada’ do complexo como também o principal ponto forte de todo o sistema estratégico.

Portanto, para os franceses, “Verdun era Sagrada”⁴ tanto por sua história quanto por sua real importância estratégica. Defendê-la tratava-se de “uma guerra nacional, uma batalha de sobrevivência, a honra, e o sagrado coração da França”⁵. Os Aliados tinham plena consciência disto, tanto que segundo Aron “a ofensiva de Verdun, no quadro da estratégia do general von Falkenhayn, buscava cansar o exército francês - e não esmagá-lo.” A Alemanha lutava em dois fronts de batalha, porém, bem como todos os envolvidos com a guerra, compreendia plenamente que “sem a vitória no Ocidente nenhum dos dois lados podia vencer a guerra”⁶.

Desta forma, no natal de 1915 traçou-se o plano em que a eventual vitória sobre a França de maneira rápida (tática identificada durante a II Guerra Mundial como ‘Blitzkrieg’) levaria a Grã-Bretanha, maior potência marítima e econômica da época, bem como principal parceira francesa, a buscar o quanto antes a paz com a Alemanha.

A campanha dos Aliados iniciou com importantes vitórias, progredindo quilômetros através das possessões francesas. Contudo, o vetor de predominância foi alterado com a entrada do general Philippe Pétain na liderança da resistência francesa em Verdun. Sob o lema “Não passarão” o general implantou o sistema de rotatividade dos soldados nas trincheiras, já que, segundo a

3 - Similar a uma porta de entrada em uma parede (HORNE- Tradução Própria)

4 - LEONARD (P.45).

5 - “It was a national struggle, a battle of survival, the honour, and the sacred heart of France” (Idem ao anterior)

6 - HOBSBAWM. (P.35)

leitura dele, a estaticidade de longos períodos acrescentava ao cansaço e reduzia a moral das tropas.

As trincheiras, cuja reorganização estratégica foi decisiva para a vitória e caracteriza a maneira pela qual a Primeira Guerra é intitulada (‘Guerra de Trincheiras’), no Front Ocidental, esta não foi a única forma de combate. Travou-se ali uma guerra secreta, desde os Flandres até os Alpes. Foram construídas, a partir de 1915, rotas subterrâneas de combate surpreendentemente complexas, as quais continham “[...] storerooms, antechambers, subways, command centers, and multiple entrances and exits”⁷ responsáveis por proporcionar a logística de abastecimento das tropas.

Segundo Leonard, os túneis “could support about 1,000 men on either side”⁸, todavia as edificações subterrâneas alemãs são tidas como mais elaboradas. Sobre este fato decorrem justificativas distintas. A hipótese que Rouquet apresenta baseia-se na intenção futura de utilização daquelas edificações, para ele não era do interesse francês mantê-las posteriormente, por essa razão não demoraram mais tempo que o indispensável para edificá-las. Já Leonard justifica a diferença na posição geográfica íngreme em que os estes encontravam-se, já era necessário escavar verticalmente por entre o Monte Varquois.

Em toda a região “brutal scars of the war are visible”⁹, mas no vilarejo de Varquois, ela alterou a paisagem definitivamente. As 519 minas que foram detonadas nesta região (a maior delas com 60 toneladas de explosivos) alteram a paisagem perpetuamente. Onde havia o Monte Varquois, cuja altura em 1914 era de 290 metros, atualmente situa-se uma cratera de 80 metros de diâmetro e 20 metros de profundidade.

O confronto configurou-se pela captura alemã de fortificações, em fevereiro de 1916 e a restituição destas pela Entente em 15 de dezembro do mesmo ano. Entretanto, resumir os 304 dias de confronto nesta premissa é sobremaneira minimalista. É indispensável considerar o custo de 350 mil vidas franceses e 300 mil alemãs¹⁰, 7-Armazéns, antecâmaras, metrôs, comandos centrais, e múltiplas entradas e saídas LEONARD (P. 46)- Tradução própria

8 - Poderia comportar cerca de 1.000 homens em ambos os lados (Idem, P.46)- Tradução própria.

9 - Cicatrizes brutais da guerra são visíveis. (Idem, P.45)- Tradução própria

10 - Existem variações no que se refere ao número

ou seja, apenas naquela área cinco histórias eram interrompidas por segundo¹¹. Além de inauferível volume de pessoas incuravelmente feridos e sobreviventes traumatizados. Atualmente, muito do que se vê na região trata-se de reconstruções visando o turismo histórico¹², entretanto, as “cicatrices” morais da Batalha de Verdun não são maquiáveis.

Bibliografia

HORNE, Alistair – “The Price of Glorie: Verdun 1916”. Penguin Books, 1994. http://books.google.com.br/books?id=Hqde_Ay7hDkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false- Acessado em 13/10/2014.

ROUQUET, Pierre- “Bird Battlefield”. 2002- <http://www.birdbattlefieldtours.com/pdf/verdun.pdf>- Acessado em 13/10/2014.

LEONARD, Matt- “Verdun, 1916”. 2011. <http://conflictarchaeology1.files.wordpress.com/2011/12/verdun-1916.pdf>- Acessado em 14/10/2014.

HOBBSAWM, Eric- “A Era dos Extremos O Breve Século XX 1914/1991”- Companhia das Letras, 2004

ARON, Raymond .”Paz e Guerra Entre as Nações” <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0043.pdf>- Acessado em 14/10/2014.

<http://www.verdun-tourisme.com/> - Acessado em 16/10/2014.

de baixas. Adotou-se a concepção de Rouquet

11 ROUQUET(P.2)

12 LEONARD (P.47)

A EFICIÊNCIA DO AÇO: TECNOLOGIA BÉLICA E A HERANÇA DA BATALHA DE CAMBRAI (1917)

Fernando César



“A guerra deve acontecer, enquanto estivermos defendendo nossas vidas contra um destruidor que poderia devorar tudo; mas não amo a espada brilhante por sua agudeza, nem a flecha por sua rapidez, nem o guerreiro por sua glória. Só amo aquilo que defendem.”

J. R. R. Tolkien

A arte da guerra, possivelmente em toda sua dimensão, evidencia nos homens a emergência da compreensão do conceito de progresso. Essa compreensão não requer, necessariamente, um arcabouço teórico das táticas militares, tal como um efetivo aparato intelectual e crítico que permita ao sujeito a construção de um posicionamento diante de determinado conflito. A guerra é um dado do real, um fim concreto da ação que permite à humanidade entender a noção clara dos seus limites e, obviamente, os meios possíveis para ultrapassá-los. Sob tal contexto, a Primeira Guerra Mundial representa uma nova fronteira nos limites tecnológicos da humanidade, sendo o objetivo da aplicação dessa tecnologia a principal vertente da engenharia bélica nos anos subsequentes. A Primeira Guerra Mundial significou uma

batalha de extremos: embasada nas trincheiras, cresce no gatilho dos rifles e sucumbe na esteira dos tanques.

Um dos episódios que simboliza claramente o derradeiro caráter da modernidade bélica empregada na Primeira Guerra, a Batalha de Cambrai representa também um dos embates cruciais inseridos no contexto do desfecho do conflito global.

A comuna de Cambrai, localizada no norte da França (na região administrativa do Nord-Pas-de-Calais), situa-se em um importante centro de abastecimento das tropas alemãs, dentro do sistema da Sigfried-Stellung, a estratégia de defesa linear, incorporada a Linha Hindenburg e implantada pelos alemães no norte da França a partir de 1916. A Sigfried-Stellung (ou Linha Sigfried), representava um conjunto de edificações defensivas e materiais de artilharia que interligavam-se, montando um sistema de defesa e contra-ataque que se estendia por aproximadamente 630 quilômetros. Como a Linha Sigfried configurava-se também como uma fortificação de recuo, através dela seria possível garantir a segurança da retaguarda do exército alemão, já instalado no in-

terior da França, também possibilitando uma retirada estratégica das tropas, caso necessário. A linha seria reativada após o fim da Primeira Grande Guerra e utilizada como estratégia pelo governo nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

É nesse contexto que se encontram as tropas britânicas do Terceiro Exército, comandadas pelo general Julian Byang que, em 20 de Novembro de 1917, utilizando uma larga frente equipada com tanques armados com metralhadoras e peças de artilharia de médio porte (os modelos Mark IV e o francês Renault FT 17 foram densamente utilizados durante o conflito). O avanço inicial dos 476 blindados foi vigoroso. A combinação de peças de artilharia, infantaria e tanques representou um potencial avassalador no escopo imediato do conflito. Após romperem os limites da Linha Hindenburg, os britânicos avançaram por 8 quilômetros, de início.

Com o decorrer do conflito, os tanques apresentaram diversos problemas (após o primeiro dia de batalha, uma parte significativa dos blindados já havia apresentado falha na operação) e, somado ao contra-ataque massivo perpetrado pelos alemães diante a ofensiva, ocorreu um arrefecimento do avanço britânico pelo território.

O contra-ataque se iniciou em 28 de novembro, logo após os ingleses terem atingido o cume de Bourlon. Vinte divisões do exército alemão foram enviadas à região, com o objetivo inicial de retomar as posições conquistadas pelo IV Corpo do Terceiro Exército britânico, retomando a defesa até a Linha Hindenburg. As táticas de defesa alemã combinavam o uso intenso do ataque de artilharia e táticas de infantaria de infiltração, com boa velocidade e diversificação, permitindo o ataque não só em uma frente, mas em vários pontos. Mesmo apresentando resistência substancial ao contra-ataque alemão, o exército britânico recua e soma poucos ganhos após o conflito. A ineficiência dos blindados mostra-se crucial para a defasagem do exército britânico.

A herança da tecnologia empregada na batalha de 1917 reverberou através do tempo, acabando por ecoar durante os conflitos componentes da Ofensiva dos Cem Dias, em 1918, como é conhecido o conjunto de sub-

conflitos que culminaram no Armistício de Compiègne (precursor ao Tratado de Versalhes), pondo fim nos conflitos entre os Aliados e a já derrotada Alemanha. Um segundo conflito foi deflagrado na região de Cambrai, em 8 de outubro de 1918 e a utilização de blindados também se fez presente. A Primeira Grande Guerra havia se assentado sobre um novo patamar: o maquinário bélico, criado pelo homem através da inventiva necessidade estratégica, se tornara uma premissa do desenvolvimento.

O século XX, por se apresentar como um século primordialmente conflituoso e beligerante, viu nascer uma nova era nos conflitos. Com a exponencial diminuição das fronteiras físicas e virtuais, o mundo, tal como uma tragédia grega de Eurípedes, vê seus personagens surgirem e desaparecem diante de seus próprios legados, fazendo sobrepôr à sua existência um cenário de desenvolvimento imensurável e inesperado. A tecnologia muda a história e orienta a trama que une as relações entre países e indivíduos. A arma dá sentido a guerra e, ao mesmo tempo, revoluciona-a. “Deus ex machina”.

Bibliografia

IWM - Imperial War Museum. “The Battle of Cambrai”. Disponível em: <<http://www.iwm.org.uk/history/the-battle-of-cambrai>>. Acessado em: 13 de Outubro de 2014.

ALTMAN, Max. “Hoje na história: 1915 – Exército inglês testa o primeiro modelo de tanque de guerra”. Opera Mundi, São Paulo. 6 de setembro de 2012.

Akademie für europäische Integration Interaktion und Kommunikation. “Die Sigfriedstellung – Defensivstellung im Ersten Weltkrieg”. Disponível em: www.akademie-iik.eu/Sigfriedstellung. Acessado em: 14 de outubro de 2014.

MESQUITA, Júlio. “A guerra (1914-1918)”. São Paulo. Editora Terceiro Nome, 2002.

KIFFER, Geraque André. “Batalha de Cambrai, 1917”. 1ª ed. Clube dos Autores, 2011.

ENTREVISTA COM PROF. OLIVIER COMPAGNON

Neto Borges e João Pedro Levy



Por ocasião do simpósio “O Brasil e a Grande Guerra: 100 anos” organizado em Agosto de 2014 pelo INEST-UFF, tivemos a oportunidade de entrevistar o Prof. Olivier Compagnon, que atualmente ocupa o cargo de Professeur D’Histoire Contemporaine da Institut Des Hautes Etudes de L’Amérique Latine da Universidade de Sorbonne, na França e está lançando no Brasil seu livro *O adeus à Euroa*, pela Edira Rocco.

Na entrevista, conhecemos um pouco do processo de pesquisa que levou o professor à escrita do livro, assim como discutimos as diversas possibilidades de temas ainda pouco explorados na academia, disponíveis aos jovens interessados em estudar a história da Primeira Guerra Mundial.

O Cosmopolítico: Professor, foi comentado pelo senhor durante a palestra realizada no simpósio “O Brasil e a Grande Guerra: 100 anos” que este tema da relação entre os países latinoamericanos e a Primeira Guerra Mundial não recebeu ao longo dos anos muita atenção dos historiadores latinoamericanos; o que provocou uma certa carência bibliográfica local a respeito. Foi preciso que o senhor, um historiador europeu, se propusesse a investigá-lo para que alguma produção acadêmica surgisse. Gostaríamos de entender, então, como se deu seu processo de pesquisa. Mais especificamente como surgiu o seu interesse pelo assunto.

Olivier Compagnon: Bom, creio que há dois fatores: Eu nasci numa parte da França que era um centro de combates durante a Primeira Guerra Mundial e por toda a minha juventude o conflito foi importante. Existia uma memória muito presente a respeito dele. Acredito ter sido natural o desenvolvimento desse meu interesse especial, justamente por ter me acompanhado ao longo do meu amadurecimento. Outro elemento, o segundo elemento, foi fundamental. Fiz meu doutorado sobre um tema que divergia totalmente desse assunto. Era sobre os católicos progressistas: uma aproximação comparativa entre vários países e o Brasil. Dentre os intelectuais que eu tive de estudar para escrever minha tese, havia o famoso Alceu Amoroso Lima, o brasileiro Alceu Amoroso Lima, que era um autor muito importante para meu trabalho. Em um livro, ele havia escrito que: “para mim, que nasci em 1893, o momento mais importante da minha vida foi a Primeira Guerra Mundial”. Como eu era um estudante sério, eu quis investigar um pouco, ter um pouco de bibliografia sobre as consequências da guerra. E não havia nada. No ano de 2000, me veio o interesse de estudar um pouco o tema da guerra na América Latina. Após terminar a minha tese, fiz um levantamento bibliográfico, e, efetivamente, vi que não havia quase nada. Foi nesse momento que iniciei minha investigação. Depois, eu tinha que definir mais

precisamente com qual recorte trabalhar. Não podia trabalhar sobre toda a América Latina, porque vinte países é totalmente impossível. Planejei, então, realizar uma comparação mais restrita, entre dois países. Selecionei o Brasil e a Argentina, finalmente, e fiz isto devido a uma casualidade da vida, pois são os países em que eu mais gosto de viver, para passar um tempo, e eu tenho uma esposa que também é historiadora do Brasil, então, é mais prático. Existe um interesse científico também, obviamente, mas somado a ele estão as casualidades da vida que, creio, existem em todas as investigações.

Cosmo: Com quais autores você trabalhou para elaborar sua tese?

O.C. Comecei trabalhando com os autores que consideravam a Guerra um momento importante. No Brasil, conforme já disse, Alceu Amoroso Lima foi uma fonte importantíssima para mim. Outro autor, por exemplo, foi Rui Barbosa, com seu primeiro discurso de 1916, em Buenos Aires, sobre o dever dos neutros e sobre a necessidade de entrar na guerra. Existem muitos autores brasileiros no meu livro. Outro que devo citar também: Graça Aranha, um intelectual muito importante no início do século XX, mas com aspectos que lhe aproximavam de intelectuais do século XIX. Muito clássico, muito “afrancesado”. Inicialmente, totalmente francófilo na guerra, mas, ao final, e esta é uma ilustração perfeita da minha tese, da tese do meu livro, desiludiu-se completamente com o ideal civilizador da Europa, sendo a última parte da sua vida totalmente dedicada ao nascimento do Modernismo, com a sua Conferência Inaugural na Primeira Semana de Arte Moderna de São Paulo. Para mim, um autor como Graça Aranha ilustra perfeitamente o choque que representou a guerra na trajetória de muitíssimos indivíduos na América Latina. No Brasil, neste caso em específico, mas, mais no geral, também na América Latina.

Cosmo: Como foi o seu trabalho com as fontes primárias que lidam com a relação dos países da América latina e a Grande Guerra?

O.C. Bom, passei muitíssimo tempo no Brasil e na Argentina, e o problema era começar; pois o tema era quase totalmente vazio. Havia pouco de bibliografia sobre as consequências econômicas da guerra, de forma que eu

tinha que fazer tudo. Inicialmente, o meu projeto era um projeto histórico-intelectual. Eu queria trabalhar sobre a importância da guerra em algumas elites intelectuais. Mas o projeto se transformou pouco a pouco, porque, para entender o choque da guerra sobre os intelectuais era necessário, também, entender o impacto da guerra sobre as sociedades. Não sabia, portanto, como começar. Houve dois momentos de inauguração da investigação. Por uma parte: a imprensa, pois ela é quase uma aproximação da vida cotidiana. Ler um diário como “A Noite”, cada dia entre 1914 e 1918, é uma maneira bastante eficiente para constatar o impacto concreto da guerra. O outro momento inaugural foi a utilização dos arquivos diplomáticos franceses, localizados na França. Ver um pouco como os embaixadores da França no Brasil e na Argentina descreviam o que se passava no momento da guerra. E, a partir dessas primeiras aproximações, houve outras fases da minha investigação: consultas sobre os debates parlamentares, consultas de muitas produções intelectuais, do próprio período, sobre a guerra. Contudo, eu não tinha a pretensão de trabalhar com essas fontes à exaustão. Comecei essa pesquisa quando viajei ao Brasil em 2004 e escrevi o meu livro em 2011. Foram sete anos de investigação, mas eu podia seguir com ela por mais outros dez, ou até mesmo quinze anos. Ainda havia muito com o que trabalhar, porém, eu sabia que era necessário escrever, senão não há produção histórica de fato. Não sei exatamente o que vou fazer nos anos que vêm, mas sei que há um campo de investigação enorme para os jovens pesquisadores latinoamericanos. Completamente enorme.

Cosmo: Seria possível que o senhor falasse um pouco mais sobre este campo de investigação ainda em aberto para os jovens pesquisadores? Com quais temas o senhor se deparou ao longo de seu trabalho que você considera com bom potencial para pesquisas e que ainda não foram devidamente explorados?

O.C. Poderia dar o exemplo de algo que eu disse na minha conferência inaugural no simpósio: um aspecto importante é a mobilização das comunidades de imigrantes estrangeiros. O que me despertaria muito o interesse seria investigar a mobilização dos portugueses no Brasil, a partir da entrada de Portugal na guerra em 1916. Esta é uma coisa muito interessante, porque é, também, uma reconfiguração na relação entre Portugal

e Brasil que, depois da relação de metrópole e colônia, passando pelas disputas na independência, finalmente estão na mesma coalizão, formando uma aliança, a partir de 1916-1917. Este é um tema válido de ser citado. Há muito que falar sobre a guerra e sobre a política interna, também. Estudar muito precisamente os debates parlamentares, que eu fiz um pouco, mas que não fiz sobre todo o período. Outra dimensão muito, muito interessante, que eu até cheguei a fazer um pouco, porém, em um país como o Brasil ou a Argentina é impossível fazer tudo, é estudar a guerra num nível regional e local. Por exemplo: é evidente que a guerra teve um impacto no Rio, São Paulo, Recife... Mas, não sei nada sobre Belo Horizonte. Não sei nada sobre as cidades pequenas, mas também importantes, e também não sei sobre o que se passava normalmente num povoado do Nordeste. E há evidências de que ocorreram impactos, porque, por exemplo, a guerra está presente na literatura de cordel. Então, essa mudança de nível do nacional para o regional me parece, também, muito importante. Ainda há muitos estudos diplomáticos a se fazer, ainda que alguns já existam. Estudar precisamente a relação do Rio com Washington entre 1914 e 1918. Não há livros sobre esse tema. Um livro especialmente dedicado a este tema. Como foi a relação entre ambos os países durante a guerra? Isso poderia ser um livro maravilhoso.

Cosmo: Por fim, professor, gostaríamos de agradecer sua atenção e realizar mais uma última pergunta: como foi sua experiência no Simpósio “O Brasil e a Grande Guerra: 100 anos” organizado pelo INEST-UFF? O que achou dele?

O.C. Bom, eu gostei muito. Como sempre, no Brasil há uma coisa extraordinária, e isso ocorreu aqui na UFF: a participação dos estudantes na organização dos colóquios. Isso é uma coisa que não existe na França. Os estudantes pertencem ao público e permanecem completamente passivos durante o evento. Essa atuação dos estudantes na organização me parece muito importante, porque é uma experiência para que eles possam descobrir a carreira de investigador. Saber um pouco como é este trabalho especificamente e é, igualmente, uma experiência para organizar outros tipos de evento em outros contextos profissionais. Isto é algo que me parece bom e que gera frutos interessantíssimos. Outro aspecto que considero digno de nota é que não comparecem somente investigadores, velhos e já experientes, geral-

mente há a presença de muitos jovens, o que propicia oportunidade para mais intercâmbios. Isso é algo bom do Brasil. Falando, agora, mais especificamente sobre o evento: eu gostei muito. Acho, porém, que deve ser feito apenas um adendo: é que, apenas no último dia, houve algo relacionado ao Brasil. O evento era intitulado “O Brasil e a Grande Guerra” e foi, sobretudo, sobre a Grande Guerra. Isso tem uma explicação bastante simples: é que praticamente não existe investigação sobre o Brasil e a Primeira Guerra, conforme já disse anteriormente. Não há especialistas. Portanto, esse aspecto é um desdobramento totalmente lógico dessa falta. Foi, sobretudo, um colóquio excelente sobre a Primeira Guerra Mundial como acontecimento global, como acontecimento geral da história mundial, como pôs perfeitamente a última mesa [realizada pelo Prof. Dr. Thiago Rodrigues]: as consequências econômicas numa escala mundial, as consequências diplomáticas, o novo mapa da Europa ao fim da Guerra... Mas, sobre o Brasil houve poucas coisas. Então, o desafio da sua geração, essa nova geração de graduandos que, a partir de agora, começa a entrar em contato com o trabalho de pesquisa é de desenvolver este tipo de estudo.

RESENHA DO FILME FELIZ NATAL

Juliana Caulo e Leandro Ortolan



“Que as armas possam cair em silêncio, ao menos na noite em que os anjos cantam.”

Bento XV

Introdução

Feliz Natal é um filme franco, germano, britânico, belga e romeno de 2005, roteirizado e dirigido por Christian Carion, que retrata a trégua de Natal da Primeira Guerra Mundial através da visão de soldados franceses, escoceses e alemães. Estrelado por Diane Kruger, Benno Fürman e Guillaume Canet, e com trilha sonora de Phillipe Rombi, o filme foi nomeado para Melhor Filme Estrangeiro no 78º Academy Awards.

Contexto Histórico

Em dezembro de 1914, as tropas alemãs e francesas enfrentaram as alemãs em uma linha de frente contínua, desde o Mar do Norte até a Suíça. O exército alemão havia passado pela Bélgica e invadido a França, chegando até perto de Paris. Depois da batalha do Marne, franceses e ingleses conseguiram afastar o exército alemão até o vale do rio Aisne. Na batalha seguinte, nenhum dos exércitos foi capaz de ganhar terreno, e mantiveram-se em um impasse: Ambos não tinham vontade de atacar, mas não estavam dispostos a recuar, então cavaram trincheiras e construíram fortificações.

A aproximação do Natal fez com que algumas tentativas de estabelecer um cessar-fogo fossem feitas de ambos os lados, mas os pedidos foram recusados pelas autoridades.

Mesmo assim, na véspera de Natal, na cidade de Ypres na Bélgica, ingleses observaram os alemães decorando as árvores próximas às trincheiras com velas, e os ouviram cantar “Silent Nacht” (“Silent Night” ou “Noite Feliz”), e responderam cantando suas próprias canções natalinas. As duas tropas trocaram cumprimentos, e pouco tempo depois, começaram a atravessar a Terra de Ninguém para recuperar e enterrar os mortos. A rivalidade foi posta de lado, e os soldados trocaram tabaco, álcool, botões e chapéus como presentes. Em alguns pontos, a trégua durou até o ano novo.

Resenha

O filme “Feliz Natal” (2006) retrata a Guerra de uma forma muito diferente dos demais que usam esse tópico como mote para seu enredo. O longa de estreia de Christian Carion se compromete a mostrar algo além de batalhas sangren-

tas e busca olhar além do lado certo ou errado. Para guiar essa proposta acompanhamos a Primeira Guerra Mundial - desde sua eclosão - a partir da vida de vários personagens. Contrariando o que se espera de um filme sobre um conflito bélico, não somos apresentados a mocinhos ou a vilões. Somos apresentados a homens comuns que enfrentam o choque ou o entusiasmo de uma guerra. O sucesso da execução está alocado no fato de que o filme não mostra apenas um lado ou outro, mas coloca, em um mesmo enredo, e não apenas em um mesmo cenário, os vários lados beligerantes. Escoceses, Alemães e Franceses, compartilham o protagonismo do filme. No decorrer da trama, acompanhamos o sofrimento do jovem Jonathan (Steven Robertson), que acaba perdendo o irmão em meio aos ataques e à tentativa de confortar a mãe. Também compartilhamos a saudade que o Tenente francês Audebert (Guillaume Canet) sente de sua família. E compreendemos a preocupação e a dureza do oficial alemão Horstmayer (Daniel Bruhl), encarregado de cuidar dos homens nas trincheiras. Os fatos, envolvendo ambos os lados, vão se desenrolando até resultarem na noite de Natal. Os soldados acordam uma trégua em comemoração ao Natal e a humanidade transborda no filme. A sequência de cenas mostra os homens que horas antes se hostilizavam, mas que, embalados por um espírito de compaixão, começam a compartilhar bebidas e histórias. O ponto mais marcante é o fato de que não era necessário muito para se entendessem, embora não conhecessem nem mesmo a língua uns dos outros. A identificação entre os soldados vinha da experiência comum que eles compartilhavam, da situação a qual eles estavam subordinados. O roteiro é cheio de diálogos cotidianos que tornam a guerra apenas um plano de fundo para o verdadeiro conflito que o filme propõe: “A quem interessa a Guerra?” “A Guerra é realmente de quem?” Esses questionamentos ficam claros na emblemática cena em que o alemão Horstmayer, em um diálogo, reconhece a rua em que o oficial francês, Audebert, morava antes da guerra. Os dois acabam por marcar um encontro “

após o fim da guerra”, abrindo espaço para que possamos deduzir que a guerra realmente não é o cotidiano. Tecnicamente, o filme é muito bem executado. As sequências não apresentam falhas e o roteiro, apesar de açucarado, é muito bem conduzido sob o toque de Carion. A bela cena da canção natalina enche o espectador de emoção e comove até mesmo aqueles que não se deixam levar facilmente por dramas. Os personagens nos conquistam e as atuações soam naturais e harmônicas. É dispensável negatar o fato de que a guerra nas trincheiras foi retratada com mais ação de batalha do que o que realmente acontecia. Feliz Natal, no original Joyeux Noël, é um filme tão único e tocante que pode ser colocado ao lado de clássicos como A Grande Ilusão, de Renoir, e Glória Feita de Sangue, do saudoso Stanley Kubrick. A humanidade que o filme passa e o foco para além do front são os pontos mais destacáveis dessa linda história, que não é exatamente sobre a guerra, mas sim sobre quem realmente é afetado por ela.

Considerações Finais

A Primeira Guerra Mundial completa cem anos em 2014. Esse conflito foi um dos mais importantes da História. Seus impactos se expandiram para as diversas áreas da sociedade; a economia e a política foram afetadas por décadas e até hoje seus desdobramentos são motivos de estudos. São inúmeras as obras artísticas e acadêmicas que retratam esse período com o intuito de abrir espaço às discussões sobre o tema. Essa sessão escolhe o filme “Feliz Natal” não só para prestar a devida homenagem aos homens que participaram da guerra, mas também para abrir espaço às novas visões sobre esse e outros conflitos bélicos. A batalha se mostra apenas como mais uma variante dentro da equação da guerra. É preciso entender aqueles que dela participam diretamente e olhar para eles não apenas como máquinas de guerra, mas como homens comuns que muitas vezes têm suas vidas interrompidas, como o que foi retratado aqui. Esse filme está especialmente preocupado em ex-

plicar os homens, antes dos soldados, e o faz de forma única, não os separando na dicotomia habitual, mas explorando todos os lados. Apesar de diferente, esse feito não é de todo novo. O diretor Jean Renoir também se comprometeu com essa abordagem diferenciada da guerra no longa “A Grande Ilusão”. Dessa forma, os dois filmes contribuem para incentivar novas visões e questionamentos sutis sobre conceitos como nacionalidade, heroísmo e solidariedade.



ARTIGOS CIENTÍFICOS

DE KIEVA FORTALEZA: A CRISE UCRA- NIANA E O FORTALECIMENTO INSTI- TUCIONAL DO BRICS

por Ana Carolina Macedo Abreu¹

Resumo: Neste artigo, o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é compreendido como um agrupamento alternativo, comprometido com a reforma dos mecanismos de governança internacional e com a defesa do multilateralismo. É desenvolvido um estudo de caso, em que a VI Cúpula dos BRICS é analisada a partir da crise ucraniana. Em uma conjuntura em que as potências ocidentais procuram isolar a Rússia da comunidade internacional, a manutenção da agenda do BRICS e o aprofundamento das relações intragrupo mediante a geração de instituições próprias (Banco BRICS e Arranjo Contingente de Reservas) são entendidos como sinalizadores de fortalecimento do bloco.

Introdução

O termo BRICs foi cunhado por Jim O'Neill, economista do banco de investimentos Goldman Sachs, em relatório publicado em 2001. No texto, intitulado "Building better global economic BRICs", o autor apontava para as então quatro maiores economias emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China) como os futuros "tijolos" da economia mundial. As projeções para a década indicavam que, juntos, os quatro países teriam taxas de crescimento superiores às do G-7 (Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Japão e Canadá). O'Neill ainda indicava que as alterações das posições relativas dos países-chave na economia mundial deveriam ser acompanhadas por mudanças nos mecanismos internacionais de cooperação política e econômica.

Em 2006, o BRIC deixou de ser apenas um acrônimo ou uma ferramenta analítica das mudanças

¹ Estudante de Relações Internacionais da UFF e integrante do Laboratório de Estudos em Política Internacional (LEPIN/UFF).

em curso no sistema internacional e se tornou uma realidade política, quando os governos de Brasil, Rússia, Índia e China deram a partida para a articulação político-econômica, sendo posteriormente acompanhados pela África do Sul². Desde então, o agrupamento tem se afirmado como um bloco alternativo, comprometido com a reforma dos mecanismos de governança global. Seus integrantes compartilham o diagnóstico de que os regimes internacionais criados no pós-Segunda Guerra e a ordem neoliberal instituída no pós-Guerra Fria são incompatíveis com as novas relações de poder, provocadas pela ascensão econômica dos chamados países emergentes. À vista disso, se dispõem a agir em conjunto, defendendo o multilateralismo, a democratização das instituições internacionais mediante a ampliação do direito de voz do Sul global e a construção de uma ordem multipolar.

O objetivo deste artigo é desenvolver um estudo de caso, em que a manutenção da agenda comum do BRICS durante a conflagração na Ucrânia será entendida com o indicativo de fortalecimento do bloco. Inicialmente, tratarei das relações russo-ucranianas e do significado da Ucrânia para a Rússia nos âmbitos doméstico e externo. Ato contínuo, farei uma breve análise da crise ucraniana e das reverberações desta na comunidade internacional, tendo em vista as controvérsias suscitadas entre a Rússia e as tradicionais potências ocidentais – Estados Unidos e União Europeia – no decorrer do conflito. Na seção seguinte, abordarei o posicionamento dos membros do BRICS

² Em setembro de 2006, às margens da 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, os Ministros das Relações Exteriores do BRIC se reuniram pela primeira vez para discutir assuntos de interesse comum. O bloco foi institucionalizado por ocasião da I Cúpula dos BRIC (Ecatimburgo, junho de 2009) e a África do Sul foi oficialmente incorporada na III Cúpula (Sanya, abril de 2011), quando o grupo passou a se chamar BRICS. (VISENTINI, P. F. "A dimensão político-estratégica dos BRICS: entre a panaceia e o ceticismo". In: PIMENTEL, J. V. S. (org.). O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. Brasília: FUNAG, 2013).

diante dos eventos sucedidos na Ucrânia, bem como algumas questões discutidas pelo bloco por ocasião de sua VI Cúpula (Fortaleza, 15 de julho de 2014). Como encerramento, procurarei entender o real significado da criação do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS no contexto de uma crise internacional que ameaça colocar um dos integrantes do bloco em choque com as potências centrais.

A crise na Ucrânia e a inflexão das relações russo-ocidentais

As relações russo-ucranianas remontam ao século IX, quando os russos antigos se estabeleceram na atual capital ucraniana de Kiev para fundar o Reino da Rus Kievana, que mais tarde constituiria o Reino de Moscou. Por muito tempo o leste ucraniano esteve sob o controle de Moscou e o país conquistou a independência após a dissolução da União Soviética em 1991. Como consequência, as economias dos dois países estão entrelaçadas. Hoje, aproximadamente nove milhões de russos vivem na Ucrânia, ao passo que os ucranianos compõem 1,41% da população russa, representando a terceira maior etnia do país, depois de russos e tártaros. Esses números apontam para estreitos laços culturais entre os dois países. A Ucrânia constitui a maior fronteira russa com a Europa e é parte integrante do exterior próximo, região estratégica para a Rússia. Em torno de 73% do gás natural russo exportado para países europeus atravessa solo ucraniano, o que significa dizer que a Ucrânia é fundamental para a sustentação do uso de recursos energéticos com fins político-diplomáticos por sua vizinha eurasiática. Ademais, a posição russa no Mar Negro depende da base naval localizada em Sebastopol, cidade que fazia parte do território ucraniano até março deste ano, quando a Crimeia foi anexada pela Rússia.

Dada a importância geoestratégica da Ucrânia, as potências ocidentais procuram atraí-la para sua zona de influência, enquanto a Rússia tenta impedir o ingresso ucraniano na Organização do Tratado do Atlântico

Norte (Otan) e na União Europeia. Deste modo, o país é transformado em um verdadeiro cabo-de-guerra entre a Rússia e o Ocidente. Em artigo para o *Le Monde Diplomatique*, Olivier Zajec apelida a Ucrânia de “eterna noiva geopolítica”. Incapaz de alinhar-se com um dos lados, o país tenta maximizar os ganhos obtidos em suas relações com a Rússia, de um lado, e EUA e União Europeia, de outro. Dessa maneira, mantém o equilíbrio entre seu flanco ocidental, aspirante ao ingresso ucraniano no rol das democracias liberais, e a ala oriental pró-russa. De acordo com Zajec, “casar-se com um ou outro a levaria a negar o que lhe dá a base e, portanto, a validar o mecanismo de separação à tchecoslovaca” (ZAJEC, 2014).

Com a ascensão de Yanukovich à presidência, em 2010, a Ucrânia parecia finalmente tomar um partido e inclinar-se em direção à sua vizinha oriental. No entanto, após um primeiro momento de aparente vitória russa, com a prorrogação do acordo que prevê a manutenção da frota do Mar Negro em Sebastopol – o que rendeu à Ucrânia subsídios relevantes para a importação de gás natural russo – o governo ucraniano assumiu uma política externa multivetorial, mantendo boas relações com Europa e Rússia. Contudo, a interrupção das negociações para um tratado de livre comércio com a União Europeia causou insatisfação popular e culminou com a destituição do presidente, em fevereiro deste ano. Mielniczuk (2014) aponta três fatores como catalisadores da deposição de Yanukovich e da crise per se, sendo o primeiro deles uma série de problemas não resolvidos (como as dificuldades no processo de transição para o capitalismo iniciado no pós-independência, falta de transparência e corrupção). Outro fator é a ascensão de movimentos ultranacionalistas com características fascistas em toda a Europa, que na Ucrânia são representados pelo Svoboda, partido de discurso xenofóbico que apela para a pureza nacional, tendo como principais alvos os russos e os judeus. Por fim, o autor aponta para a ingerência ocidental. A União Europeia estimulou a insurgência da extrema direita ucraniana após o fracasso do acordo de livre comércio com o país e, junto com os

Estados Unidos, reconheceu um governo interino que havia deposto o presidente democraticamente eleito. Essa postura entra em contradição com a ampla defesa ocidental dos princípios liberais-democráticos.

Mielniczuk define a crise ucraniana como “o ponto mais tenso nas relações entre a Rússia e o Ocidente desde o fim da Guerra Fria” (Idem, p. 5). O que as potências ocidentais pareciam não entender é que os motivos para a intervenção russa na Ucrânia eram legítimos, não se baseando apenas em interesses econômicos e estratégicos. Insistindo na comparação entre a política externa russa e o expansionismo soviético, uma constante do discurso ocidental no pós-Guerra Fria, não levaram em consideração os quase nove milhões de russos radicados na Ucrânia que se viram ameaçados pelo estabelecimento de um governo ultranacionalista antirruso em Kiev, especialmente diante da tentativa do parlamento de retirar a língua russa do rol de idiomas cooficiais do Estado ucraniano.

Após a vitória do movimento separatista pró-russo na Crimeia e o fracasso das negociações de Genebra – das quais participaram Rússia, Estados Unidos, União Europeia e o governo interino ucraniano –, os EUA endossaram as incursões militares realizadas por Kiev no Leste, com o objetivo de evitar um efeito dominó na região. Putin, de sua parte, negava quaisquer relações com os movimentos separatistas do Leste. Concomitantemente, deu sequência à alocação de tropas na fronteira com o país, iniciativa que serviu de encorajamento para os rebeldes ucranianos.

Neste contexto, o Ocidente tem demonstrado dificuldade de operar em conjunto. Com a reiterada negativa da Otan quanto a uma intervenção militar na Ucrânia, as velhas potências têm recorrido à imposição de sanções econômicas contra a Rússia. Sem embargo, a dependência europeia quanto ao fornecimento de gás natural russo significa que os países europeus têm hesitado diante do anseio norte-americano pelo arrocho das sanções. O adiamento da imposição de punições econômicas mais severas – que foram anunciadas somente no final de julho – aponta para aparente suces-

so do setor geoeconômico da política externa russa³. Como salienta Kissinger (2014),

“Putin é um sério estrategista – nas premissas da história russa. Entender a psicologia e os valores norte-americanos não é um de seus atributos. Bem como compreender a psicologia e a história russa não tem sido um ponto forte dos formuladores de políticas norte-americanos”

O que pode ser estendido a seus equivalentes europeus.

A Cúpula de Fortaleza e a criação do Banco BRICS

Em 15 de março, o Conselho de Segurança das Nações Unidas levou a voto uma proposta de resolução contrapondo-se à legitimidade do referendo da Crimeia, que procederia no dia seguinte e determinaria o destino da região: se permaneceria subordinada a Kiev ou passaria a responder ao Kremlin. A resolução foi vetada pela Rússia e a China se absteve, de modo que o referendo foi levado a cabo. Mesmo antes da vitória dos separatistas da Crimeia com mais de 90% dos votos e da consequente incorporação desta à Federação Russa, um conselheiro de segurança nacional do gover-

³ Desde a primeira gestão presidencial de V. Putin (2000-2008), a política externa russa tem se voltado para a recuperação do status de grande potência regional e mundial. Após quase uma década de alinhamento com o Ocidente e perda de influência no cenário internacional, legados do governo Yeltsin (1991-1999), a estratégia russa foi reorientada para a defesa da multipolaridade e o combate à tendência ocidental ao unilateralismo. A tática russa se baseia em três princípios: estabelecimento de relações pragmáticas, fundamentadas no interesse nacional em detrimento de afinidades ideológicas, históricas ou culturais; economização da política externa, ou seja, uso dos vastos recursos energéticos russos como instrumento de barganha para obter ganhos político-diplomáticos; e, por fim, a ênfase na relevância geopolítica de sua posição eurásiana. (ADAM, G. P. “A Federação Russa: metamorfoses de uma potência reemergente”. In: VISENTINI, P. F. et al. BRICS: as potências emergentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013).

no indiano havia afirmado que Moscou tinha interesses legítimos na Crimeia, no que pode ser considerado o mais significativo pronunciamento pró-russo emitido no contexto da crise ucraniana. Mais tarde, Índia e China assumiriam postura crítica diante das sanções unilaterais dos Estados Unidos contra a Rússia. Brasil e África do Sul, por seu turno, mantiveram discurso neutro ao longo da conflagração na Ucrânia, instando o diálogo e a resolução pacífica de controvérsias. A postura de China, Índia, Brasil e África do Sul no desenrolar da crise abriu caminho para que, no dia 15 de julho, enquanto as potências ocidentais ainda se empenhavam no sentido de isolar a Rússia da comunidade internacional, Putin fosse recebido no clube dos emergentes. Assim, a VI Cúpula dos BRICS foi realizada em Fortaleza, sob o tema “Crescimento inclusivo: soluções sustentáveis”.

A VI Cúpula tratou, entre outras questões, da cooperação intra-BRICS em domínios tão diversos quanto política, economia, pesquisa e desenvolvimento, cultura e segurança cibernética. Os avanços mais expressivos se deram no aprofundamento da parceria econômica, com a assinatura do acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS e do tratado para criação do Arranjo Contingente de Reservas. O Banco, com sede em Xangai, terá “o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014b, item 11) e contará com um capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões e capital inicial subscrito de US\$ 50 bilhões, cada membro contribuindo com um montante de US\$ 10 bilhões. Já o Arranjo Contingente de Reservas terá um aporte inicial de US\$ 100 bilhões, assim divididos: US\$ 41 bilhões da China, US\$ 18 bilhões de Brasil, Rússia e Índia e US\$ 5 bilhões da África do Sul. Como constante no documento final (Declaração de Fortaleza), o arranjo “terá efeito positivo em termos de precaução, ajudará países a contrapor-se a pressões por liquidez de curto prazo, promoverá maior cooperação entre os BRICS, fortalecerá a rede de segurança finan-

ceira mundial e complementarará arranjos internacionais existentes” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014b, item 13).

No tocante à paz e à segurança, os BRICS se declararam comprometidos com os princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas, bem como a observância do direito internacional. Reconheceram o papel central da ONU como promotora do multilateralismo, paz, segurança, direitos humanos e desenvolvimento sustentável, solicitando a reforma de suas estruturas. A Declaração de Fortaleza condena “intervenções militares unilaterais e sanções econômicas em violação ao direito internacional e normas universalmente reconhecidas das relações internacionais” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014b, item 27). Ainda nessa temática, o documento faz referência à crise ucraniana:

Expressamos nossa profunda preocupação com a situação na Ucrânia. Clamamos por um diálogo abrangente, pelo declínio das tensões no conflito e pela moderação de todos os atores envolvidos, com vistas a encontrar solução política pacífica, em plena conformidade com a Carta das Nações Unidas e com direitos humanos e liberdades fundamentais universalmente reconhecidos. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014b, item 44).

O parágrafo referente à situação na Ucrânia segue a tonalidade de outras menções a contendas internacionais constantes na Declaração. O grupo adota discurso neutro, chamando atenção para a resolução pacífica das controvérsias e o respeito de todas as partes aos direitos humanos e às normas internacionais. Nota-se aqui a continuidade da cautela diplomática que tem dado forma à atuação dos BRICS⁴. De fato, esta

4 Flávio S. Damico identifica uma cautela diplomática do BRICS em questões referentes à reconfiguração do regime internacional de manutenção e promoção da paz e da segurança. Segundo o autor, a atuação do bloco como agenda-taker reflete tanto uma perspectiva realista, relativa à capacidade de imposição de um ideário a terceiros, quanto um esforço no sentido de evitar que a capacidade de cooperação intra-

Cúpula de Fortaleza e a declaração conjunta a que deu origem são marcadas, antes de tudo, pela continuidade. A não submissão aos esforços de isolamento da Rússia conduzidos pelas potências centrais não significou o alinhamento do bloco com Moscou, em consonância com a defesa reiterada dos BRICS à autonomia, autodeterminação e condução multivetorial das relações internacionais. Não houve confronto com as potências tradicionais e as instituições por elas geridas. Todavia, em uma conjuntura onde predominam as iniciativas de isolamento contra a Rússia, a continuidade constitui uma forma de “ruptura” e expõe a perda da capacidade do Ocidente para determinar os rumos e a agenda da política mundial.

Considerações Finais

Desde os primeiros momentos de articulação político-econômica, os BRICS têm assumido postura crítica diante da perda de representatividade e eficácia das “estruturas de governança internacional concebidas em uma configuração de poder distinta” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014b, item 5) e chamado atenção para a necessidade de incremento da representação de países emergentes e em desenvolvimento nessas estruturas. O imperativo de reforma das instituições financeiras criadas em Bretton-Woods, em particular, constitui uma causa aglutinadora para o bloco. Em Fortaleza, os BRICS demonstraram insatisfação diante do adiamento do rearranjo das quotas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Acordada em 2010 no âmbito do G-20 financeiro, a redistribuição de quotas garantiria ao grupo um poder de voto proporcional à sua atual participação na economia global. Quatro anos depois, contudo, a medida ainda não foi ratificada pelo Congresso norte-americano e, portanto, não foi implementada.

grupo seja posta à prova. (DAMICO, F. S. “BRICS: o novo ‘lugar’ do conceito”. In: PIMENTEL, J. V. S. (org.). O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. Brasília: FUNAG, 2013).

Tendo em vista a relutância do Ocidente em reconhecer os imperativos de reforma dos mecanismos de governança global – do que o adiamento da redistribuição de quotas do FMI é icônico –, a criação de instituições próprias demonstra que os BRICS não pretendem limitar sua atuação à demanda pela democratização das velhas instituições. O Banco dos BRICS e o Arranjo Contingente de Reservas, com funções análogas àquelas desempenhadas pelo Banco Mundial e pelo FMI, respectivamente, deverão ter o duplo efeito de fortalecer a cooperação intrabloco e atenuar a dependência dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento diante das instituições de Bretton-Woods. Ademais, o fato de terem sido fundados no momento em que as potências ocidentais estão empenhadas em isolar um dos membros dos BRICS da comunidade internacional é um indicativo de fortalecimento do bloco. Em um contexto de crise política internacional, os BRICS se reafirmam como uma aliança alternativa dotada de agenda autônoma.

Referências Bibliográficas

ADAM, G. P. “A Federação Russa: metamorfoses de uma potência reemergente”. In: VISENTINI, P. F. et al. BRICS: as potências emergentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

EWING, J. & BAKER, P. U.S. and Europe set to Toughen Russia Sanctions. The New York Times, 28 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/07/29/world/europe/us-and-europe-agree-to-escalate-sanctions-on-russia.html?_r=0>. Acesso em: 31 de julho de 2014.

HARTLEY, J. The BRICS Bank is born out of politics. Forbes, 28 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/jonhartley/2014/07/28/the-brics-bank-is-born-out-of-politics/>>. Acesso em: 07 de outubro de 2014.

INDIA says “deeply concerned” at Ukraine violence. The BRICS Post, 07 de maio de 2014. Disponível em: <<http://thebricspost.com/india-says-deeply-concerned-at-ukraine-violence/>> - .U9n-

cxwbgA6U>. Acesso em: 31 de julho de 2014.

KISSINGER, H. To settle the Ukraine crisis, start at the end. *The Washington Post*, seq. Opinions, 07 de março de 2014. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html>. Acesso em: 11 de julho de 2014.

MIELNICZUK, F. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, vol. 5, n. 23, p. 4-19, abril/maio de 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/46849>>. Acesso em: 24 de junho de 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Situação na Ucrânia. Brasília, 19 de fevereiro de 2014a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/situacao-na-ucrania>>. Acesso em: 31 de julho de 2014.

_____. VI Cúpula BRICS – Declaração de Fortaleza. Brasília, 15 de julho de 2014b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza>>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

O'NEILL, J. Building better global economic BRICs. *Global Economics Paper*, Goldman Sachs, n. 66, novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em: 26 de julho de 2014.

PORTAL BRASIL. BRICS discutirão criação de instituições financeiras que terão reservas de até US\$ 200 milhões. *Rio de Janeiro*, 08 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/centro-aberto-de-midia/noticias/brics-discutirao-criacao-de-instituicoes-financeiras-que-terao-reservas-de-ate-us-200-bilhoes>>. Acesso em: 11 de julho de 2014.

REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. Press Statement on the Situation in Ukraine. Department of International Relations and Cooperation, 28 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.dfa.gov.za/docs/2014/ukra0328.html>>. Acesso em: 31 de julho de 2014.

SAHNI, V. Indian Perspectives on the Ukrainian crisis and Russia's annexation of Crimea. *Norwegian Peacebuilding Resource Centre*, junho de 2014. Disponível em: <http://www.peacebuilding.no/var/ezflow_site/storage/original/application/94b5e66db-412bc9babce1d7ce447f876.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2014.

STUENKEL, O. BRICS undermine Western attempt to isolate Russia. *Post-Western World*, 25 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.postwesternworld.com/2014/03/25/undermine-attempt-isolate/>>. Acesso em: 31 de julho de 2014.

UNITED NATIONS. Security Council – Veto List. Disponível em: <http://www.un.org/depts/dhl/resguide/scact_veto_en.shtml>. Acesso em: 31 de julho de 2014.

_____. VI Cúpula BRICS – Declaração de Fortaleza. Brasília, 15 de julho de 2014b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza>>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

VISENTINI, P. F. “A dimensão político-estratégica dos BRICS: entre a panaceia e o ceticismo”. In: PIMENTEL, J. V. S. (org.). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2013.

ZAJEC, O. A obsessão antirrusa. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 03 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1627>>. Acesso em: 10 de julho de 2014.

TEORIA DE CONTENÇÃO DO RIMLAND E EFEITOS NA PRÁXIS DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA

por Ariane Costa dos Santos¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a teoria geopolítica do autor Nicholas Spykman na formulação da defesa estratégica dos EUA no pós-Segunda Guerra assim como seus efeitos posteriores na formulação da política externa norte-americana. É desenvolvido aqui que sua teoria é dotada de caráter profundamente realista-ofensivo, prescrevendo ações imperialistas e prevendo a guerra para alcançar os interesses nacionais estratégicos. O objetivo desta análise é perceber as conseqüências práticas de sua perspectiva teórica maquiavélica-hobbesiana, lançadora das bases de uma política realista de ação preventiva norte-americana por toda a costa eurasiática, explicitando as conseqüências de uma teoria ofensiva de caráter preventivo.

NICHOLAS SPYKMAN E O REALISMO OFENSIVO

Renovado acadêmico e geoestrategista para a práxis da política externa norte-americana, Nicholas Spykman (1893-1943) lançou a base teórica geopolítica de ação norte-americana durante a primeira fase da Guerra Fria. Após testemunhar duas guerras mundiais e o fracasso do liberalismo wilsoniano no período entreguerras, sua teoria consolida um caráter realista-ofensivo, beirando o imperialismo e prevendo a guerra como forma última de conquista dos interesses nacionais estratégicos. Falecendo em 1943, Spykman acaba não testemunhando o resultado da II Guerra Mundial e o rompimento da Guerra Fria, mas ainda assim seus escritos foram de grande importância teórica na influên-

1 Graduada em ciências sociais pela UFRJ em 2010 e graduada em relações internacionais pela UFF em 2014.

cia dos policy-makers da política externa estadunidense a partir de então, com profundas repercussões na realidade e projeção de poder americano em escala mundial. Nicholas Spykman escreve *America's Strategy in World Politics* em 1942, pouco antes do ataque à Pearl Harbor e da subsequente entrada dos EUA na II Guerra Mundial. Nesse livro, ele analisa a realidade dos EUA no sistema internacional vigente e a posição do país frente à ebulição de uma guerra mundial, período no qual a opinião política interna americana se dividia na dicotomia do isolacionismo e intervencionismo. Posicionado nesta última categoria, Spykman defendia que os EUA deveriam romper com o ostracismo isolacionista, tradição de política externa desde que o país havia sido fundado², e adotar uma conduta proativa e intervencionista no sistema mundial. Para embasar seu argumento, ele procurou mostrar, com base no pensamento do geopolítico inglês Halford John Mackinder, que o isolacionismo não é mais uma opção na realidade vigente; uma vez que esta passou a ser marcada pela mundialização das relações internacionais e globalização dos meios de transporte e comunicação.

Dessa forma, Spykman herda a perspectiva mackinderiana de mundo como um sistema internacional fechado, caracterizado pela unicidade do oceano e de uma grande massa terrestre da Eurásia, em que esta última teria um papel central para o desenvolvimento de um poder terrestre e marítimo com alcance global³. Segundo essa perspectiva, o país ou o conjunto de países que lograsse exercer domínio sobre a grande massa eurasiática exerceria o papel de hegemom. Seguindo essa linha, a teoria spykmariana destacou a proximidade

2 Desde a independência, os EUA buscavam não se imiscuir nos conflitos de uma Europa da Velha Ordem, tendo o primeiro presidente, George Washington, demarcado as linhas originais de uma política externa isolacionista.

3 2 MELLO, I. Halford Mackinder e a Geopolítica do Heartland. In: Quem tem medo da Geopolítica? Pp.27-69.

entre EUA e Eurásia a partir de uma análise espacial com projeção azimutal centrada no Pólo Ártico. Com esse argumento, somado ao desenvolvimento do poder aéreo durante a Segunda Grande Guerra, Spykman vai de encontro às teorias isolacionistas de que os EUA estariam seguros devido à sua posição geoestratégica bioceânica. Ao contrário, ele destaca a vulnerabilidade dos EUA frente a uma eventual vitória e domínio eurasiático pela Tríplice Aliança com base na proximidade entre Europa e América do Norte a partir do Pólo Ártico.

O diagnóstico spykmariano que prevê ameaça à segurança estadunidense está centrado na percepção do desequilíbrio da balança de poder européia, com a ascensão de potências emergentes na costa eurasiática dotadas de projetos expansionistas: Alemanha, no Ocidente, e Japão, no Oriente. Somado a isso, ainda haveria o perigo da Rússia, superpotência demográfica e territorial, aliar-se aos dois primeiros, formando uma forte aliança no continente, à qual os EUA, dificilmente, teriam capacidade de fazer frente.

Dessa forma, segundo a teoria spykmariana, os EUA estariam vulneráveis a uma eventual unificação da Eurásia em um poder único maior ou um conjunto de poderes expansionistas que se projetassem para as Américas. Sob essa perspectiva, os EUA não poderiam deixar nenhum poder maior surgir na Eurásia, seja esse uma potência, uma aliança de potências, ou uma Europa unida federalista. Por isso, Spykman prescreve, como uma espécie de solução preventiva, que os EUA deveriam se projetar, a partir de um forte poder naval, para os oceanos Atlântico e Pacífico, iniciando um processo de domínio da costa eurasiática – o chamado Rimland⁴ - para assim, neutralizar toda a Eurásia - o Heartland. Segundo ele, “quem controla o Rimland, domina a Eurásia, quem domina a Eurásia controla os destinos do

mundo” (SPYKMAN, 1944, p.38). Sendo assim, o objetivo estratégico da política externa norte-americana deveria ser a manutenção do equilíbrio de poder na Europa, na forma de presença militar e formação de linhas de segurança transoceânicas no Rimland, que viraria área de contenção preventiva. Com uma compensação de forças excludentes no continente europeu não haveria poder excedente para se projetar além dos oceanos e ameaçar os EUA. Por fim, a estratégia de segurança spykmariana consistiria numa projeção mundial dos EUA neutralizando qualquer poder que, eventualmente, pudesse surgir para fazer frente ao poder americano.

Enquanto Mackinder propõe um cordão sanitário de isolamento, após a I Guerra Mundial, para separar uma eventual aliança entre duas potências do Heartland – a Rússia e a Alemanha, Spykman propõe o controle do Rimland pelo Atlântico e Pacífico, neutralizando as eventuais potências que surgissem na Eurásia central. Anos mais tarde, o resultado prático na política externa se materializa na criação da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte - bloqueando a saída do poder continental russo para o oceano Atlântico - e da OTASE - Organização do Tratado do Sudeste Asiático, bloqueando a Rússia a partir do Pacífico.

SOLUÇÃO PAN-AMERICANA

Segundo a teoria intervencionista de Spykman, a solução última para uma eventual vitória dos países do Eixo seguida de expansão do domínio teuto-nipônico para as Américas, seria a elevação ao grau máximo de integração do continente americano, sob a liderança do Estado mais poderoso como forma de defesa. Nessa perspectiva, os EUA lançariam um domínio de caráter tutelar, formando linhas de defesa continentais ao longo da costa litorânea e isolando a América a partir de um pan-americanismo forçado.

Dessa forma, na visão de Spykman, um eventual ataque teuto-nipônico poderia levar à legitimação de uma dominação compulsória de todo o continente americano por parte dos EUA, passando por cima da

4 O Rimland, costa litorânea da área-pivô eurasiática, seria um espaço estratégico de projeção do denominado Heartland, área continental da Eurásia e de grande importância nas teorias geopolíticas.

soberania dos demais países, prevendo, inclusive, a destruição das economias regionais e colocando tudo sob a égide do colosso americano. O fim último de defesa e segurança contra um eventual imperialismo eurasiático justificaria, para Spykman, o meio pelo qual os EUA se defenderiam: às custas de outros países e povos, no exercício claro e ilegítimo da força. Em seus escritos, ao preconizar que alguns países sul-americanos poderiam apresentar oposição à essa hegemonia forçada, ele prevê a guerra como solução a qualquer eventual resistência:

“os países situados fora da nossa zona imediata de supremacia, ou seja, os grandes estados da América do Sul (Argentina, Brasil e Chile) podem tentar contrabalançar nosso poder[...]Nesse caso: uma ameaça à hegemonia norte-americana nessa região do hemisfério terá que ser respondida por meio da guerra.”(SPYKMAN, 1942, pg. 62)

É possível perceber essa mesma lógica maquiavélica de Spkyman sendo aplicada décadas mais tarde. O historiador José Luis Fiori relaciona a influência spkykmariana na prática de política externa americana nas décadas posteriores da Guerra Fria. Ao temer a influência do “perigo comunista” na sua zona de influência, os EUA tiveram relações estreitas com a ascensão de ditaduras militares de direita no Cone Sul.

“Pode-se dizer que Henry Kissinger seguiu rigorosamente as recomendações de Nicholas Spykman com relação ao controle desta região geopolítica[Cone Sul]. Sua única contribuição pessoal foi a substituição da ‘guerra externa’, proposta por Spykman, pela ‘guerra interna’ das Forças Armadas locais contra setores de suas próprias populações nacionais.” (FIORI, 2007, p. 2)

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA A AÇÃO OFENSIVA DE POLÍTICA EXTERNA AMERICANA

Em termos práticos, a solução geoestratégica de Spykman de contenção do Heartland a partir da costa litorânea eurasiática foi posta em prática na Guerra Fria como forma de estratégia americana de expansão-contenção. Segundo Leonel Itassu⁵, Spykman exerceu mais influência na política de contenção do expansionismo soviético inaugurada na doutrina Truman do que o próprio George Kennan, visto como pai da teoria de contenção. Contudo, independente da práxis política americana ter sido mais influenciada, quer pela análise de Kennan - na defesa de que a ideologia soviética era inerentemente expansionista – quer pela geopolítica de Spykman - de contenção do Heartland pelo Rimland – é importante ressaltar que as conseqüências de ambas as influências teóricas foram profundas.

Essa lógica ofensiva-preventiva na busca de conter um expansionismo que ainda não havia se mostrado real resultou no lançamento de uma política expansionista que formou um dos fatores determinantes na mudança das relações americano-soviéticas da aliança para a rivalidade. A sensação de ameaça e de insegurança - contida de forma precursora nas idéias de Spykman - influenciaram na aprovação, por um congresso americano majoritariamente conservador, da dispendiosa e intervencionista Doutrina Truman. Como resultado, inaugura-se uma coalizão antissoviética, de caráter ofensivo-preventivo a partir da ação militar da OTAN e da ação econômica do Plano Marshall, resultando no rompimento da aliança russo-americana da II Guerra Mundial e desencadeando um longo período marcado por medos, ameaças e paranóia, conhecido como Guerra Fria.

Dessa forma, parte da esquizofrenia da Guerra Fria teve sua origem em teorias realistas de caráter ofensivo, como a de Spykman. A ofensiva e o expansionismo iniciados pelos EUA levaram a uma resposta soviética de expansão não só ideológica, mas também

5 MELLO, I. Nicholas Spykman e a Geopolítica do Rimland. In: Quem tem medo da Geopolítica? Pp.93-118.

militar, com a formação do Bloco Soviético e criação do Pacto de Varsóvia. Ademais, a teoria de Spykman de controle estratégico do Heartland pelo Rimland, pode ter sido útil tanto para os policy makers americanos quanto pelos soviéticos. Dando as bases teóricas necessárias não só para a contenção da URSS pelos EUA, mas também lançando a idéia da própria expansão da URSS no Rimland eurasiático como área estratégica essencial de dominação russa da Eurásia.

Enquanto Woodrow Wilson buscava quebrar o isolacionismo global dos EUA a partir de uma perspectiva liberal de cooperação internacional, Spykman desejava a intervenção a partir de seu lado mais duro e ofensivo. O primeiro idealizou a Liga das Nações, que oferecia igualdade jurídica a todos os Estados e buscava a paz a partir do desarmamento e livre-comércio, o último preconizou a defesa preventiva de caráter ofensivo a partir da neutralização da Eurásia, sustentando o armamentismo e a balança de poder, além de um eventual imperialismo na América Latina caso as circunstâncias assim o exigissem. Esse tipo de teoria de raiz hobbesiano-maquiavélica influenciou negativamente policy-makers a tomar ações extremadas como corrida armamentista, desconfiança mútua, intervencionismo, medo constante de ameaças e ação ofensiva de caráter preventivo. Teorias de apologia à política de força que vão de encontro ao princípio da não-intervenção, respeito à soberania, cooperação internacional e prevenção da guerra são elaboradas sem se mensurar as conseqüências que elas podem trazer no âmbito da práxis política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIORI, José Luís (2007) Nicholas Spykman e a América Latina, *Le Monde Diplomatique BR*. 24/11/2007. <http://diplo.uol.com.br/2007-11,a2062>

KENNAN, George. *Sources of the Soviet Conduct*. Foreign Affairs, 1947.

MELLO, I. Nicholas Spykman e a Geopolítica do Rimland. In: *Quem tem medo da Geopolítica?* Pp.93-118.

MELLO, I. Halford Mackinder e a Geopolítica do Heartland. In: *Quem tem medo da Geopolítica?* Pp.27-69

SPYKMAN, Nicholas. *America's Strategy in World Politics*, Harcourt, Brace and Company, New York, 1942.[5]

Do Atlântico ao Pacífico: A Infraestrutura e a Política Integracionista Sul-Americana

por Renato Thomaz Borges¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir a nova integração na América do Sul que se encontra em ascensão desde a virada do milênio. Iniciada a partir de uma reunião de chefes de Estado no ano 2000, o regionalismo atual vem buscando soluções para os antigos problemas infraestruturais do subcontinente sul-americano e reflete os interesses do Estado brasileiro que, em conjunto com os demais vizinhos, congrega esforços, ainda que incipientes, no sentido de expandir o sistema de poder sul-americano tanto na sub-região banhada pelo Oceano Atlântico quanto no Oceano Pacífico. No entanto, verifica-se que a maturação de um ideário geopolítico próprio para a união dos Estados sul-americanos não superou a fase da integração limitada e temerosa baseada no regionalismo aberto.

Introdução: Pensando a Integração

Vivemos em um mundo cuja capacidade de um Estado grande e forte de arregimentar outros Estados para a conquista de seus próprios interesses nacionais se processa através da apresentação de soluções e ideologias universais ditas benéficas a toda humanidade. Os recursos ideacionais das grandes potências vestem-se de objetivos gerais e últimos de uma espécie livre, moderna, progressista e consciente. É sabido que a globalização destituiu o planejamento estratégico do Estado - este absorto no pensamento geopolítico, pragmático e realista -, de sua posição privilegiada na condução dos interesses nacionais. A não ingerência do Estado, o mercado livre e as demais ideologias dominantes que partem do núcleo de poder estadunidense são agora as

¹ Pós-graduado em História das Relações Internacionais e mestrando em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

regras do atual status quo que regem a ordem internacional do pós-Guerra Fria.

Os países que vivem na periferia, como os nossos Estados sul-americanos, veem a si mesmos diante do dilema: ou se unam e formem um bloco capaz de defender os interesses destes na obtenção de um esperado e francamente debatido desenvolvimento recíproco, ou se permitam ser absorvidos pelo centro gravitacional do hegemom mais audacioso, sem o direito de participar com voz e influência em consórcio movido por hierarquias de poder.

Sendo a opção que consideramos mais perspicaz dentre as duas apresentadas acima, o ato de integrar-se à vizinhança nunca foi uma escolha fácil – ainda que a certa -, e continuará sendo um imenso obstáculo em sua própria razão de ser. A união de países com diferenças étnicas, culturais, políticas, econômicas e históricas não encontra exemplos otimistas de sustentação e perseverança no passado. A decomposição de barreiras quase intransponíveis, como montanhas e desertos, e a dissolução de rivalidades e conflitos, como as questões limítrofes, angustiam até mesmos os mais crentes.

Os esforços de integração não podem visar apenas, é claro, a uma tendência passiva ante o atual funcionamento da política internacional. A passividade reduz a estratégia de regionalização a meras políticas de incentivo a maior participação das empresas transnacionais que ocupam os Estados em desenvolvimento – exportando commodities, em sua maioria -, na integração proposta por estes mesmos e cujo núcleo duro da economia nacional não é composto de um número expressivo de empresas capazes de internacionalização na região. Outros cantões em processo de integração, como o Sudeste e o Leste Asiáticos, formam, por outro lado, cadeias de produção enquanto internacionalizam setores de suas empresas de capital nacional e exportam produtos de conteúdo tecnológico.

O regionalismo pós-anos 2000 na América do Sul é consequência – e resposta – dos problemas que acometeram a região quando esta mergulhou no signo do Consenso de Washington patrocinado pelo neolib-

eralismo. A cooperação sul-americana é baseada em dois objetivos permanentes formados pela onda globalizante: preparar-se para ela, o que já vinha sendo feito desde a época do regionalismo aberto com a criação do Mercosul; e proteger-se dela, criando novos mecanismos que isolam os malefícios da ideologia do centro e propondo a edificação de instituições sul-americanas que visem à coordenação econômica, política, social e de segurança entre os próprios países da região periférica – evitando, com isso, a presença de países não partícipes da comunhão regional.

Ao tratarmos de cooperações em âmbito continental ou subcontinental devemos lembrar convenientemente do exemplo europeu e da vontade política que os uniram em um bloco que, independente de suas dificuldades, continua sendo o único, o mais antigo e o melhor integrado. O comércio entre os países fundadores à época da Comunidade Econômica Europeia (CEE) correspondia em 1958 a cerca de 40% do seu comércio total, superando 80% nos dias atuais.

Contrastando com os dados europeus, o comércio entre os países sul-americanos atingiam em 1960 a média de 10%. No entanto, em meados do século XXI a região não havia ultrapassado os 17% do total dessa região. A percepção da necessidade de integrar a periferia para aumentar o poder da região como um ator unitário é importante; a vontade política é essencial. Como afirmou certa vez Juan Domingo Perón, presidente da Argentina em meados do século passado: o século XXI nos encontrará unidos ou dominados².

A Política da Infraestrutura Regional

Aniversário de meio milênio do descobrimento das terras brasileiras, o mítico ano 2000 foi o ano do ineditismo nas relações internacionais da América do Sul. O encontro dos presidentes sul-americanos nesse ano foi o primeiro em quinhentos anos de história da América; uma reunião que discutiu pela primeira vez os rumos do continente após séculos de tutela exercida,

2 Guimarães (2007, p.189).

direta ou indiretamente, pelas grandes potências. Inaugurou-se o encontro, então, em Brasília, em meados do segundo mandato do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso.

À época, o presidente brasileiro declarava que era necessário uma América do Sul que, em harmonia, pudesse defender com maior vigor os interesses comuns da região. O então chanceler Felipe Lampreia haveria comentando, ainda, que o convite feito a onze países sul-americanos não teve como base um jogo político “anti-EUA e anti-ALCA”, mas tampouco o Estado anfitrião e demais convidados vestiriam o papel de “sub-xerifes dos EUA”³.

O encontro não demonstrou unanimidade entre os objetivos propagados e trouxe à tona outras ideias do futuro processo de integração dos quais FHC tentou manejar sem afrontar o vizinho norte-americano. O presidente da Colômbia naquele período, Andrés Pastrana, defendia um maior comprometimento da região para com os anseios dos Estados Unidos; e o presidente venezuelano Hugo Chávez fundava as ideias do bloco ALBA, promovendo, disto, um projeto integracionista antiestadunidense e anti-imperialista.

Dentre todas as propostas articuladas, a integração das infraestruturas e a energética foram as que receberam maior atenção dos representantes de Estado. Para integrar a América do Sul e torná-la um polo de desenvolvimento sustentável econômica e socialmente é necessário, antes de tudo, um melhor desenvolvimento dos espaços sul-americanos e a diminuição da distância entre os países e suas comunidades interioranas que ainda se mantêm distantes dos centros econômicos⁴. De acordo com o Comunicado de Brasília, “integração

3 Couto (2009, p. 51).

4 A integração infraestrutural se sustenta nas seguintes áreas de atuação: Sistemas Operativos de Transporte Multimodal, Facilitação de Passos de Fronteira, Tecnologias da Informação e das Comunicações, Sistemas Operativos de Transporte Marítimo, Integração Energética, Sistemas Operativos de Transporte Aéreo e Instrumentos de Financiamento. Ver Couto (2009).

e desenvolvimento da infraestrutura física são duas linhas de ação que se complementam”⁵.

Os principais objetivos da iniciativa infraestrutural baseavam-se, por conseguinte, tanto na expansão do processo de liberalização comercial regional por meio da integração via obras de infraestrutura que interliga diversos pontos estratégicos do continente, quanto na intenção de fazer do subcontinente uma entidade geopolítica e geoestratégica em face do surgimento de outros grandes blocos de poder regionais que agora, alguns anos depois do referido encontro, se expandem através do Atlântico e do Pacífico.

Disso feito, entre os dois mencionados acima o primeiro objetivo foi aquele que prevaleceu. A “entidade geopolítica da América do Sul” não encontrou suporte nacional e internacional, seja pela opinião pública do país e da sua própria elite que desconhece ou ignora o papel da região no desenvolvimento do Estado brasileiro, seja pelo temor dos vizinhos de um Brasil considerado imperialista e que cresce de forma assimétrica e indiferente aos seus parceiros regionais⁶.

Desde a virada do milênio, as vias de transporte leste-oeste é maioria na atual agenda da Unasul, principalmente aquelas pensadas para os eixos rodoviários e terrestres. Isto significa que a integração ainda tem sido planejada para fora, sob o prisma do regionalismo aberto, ao contrário da integração para dentro, a qual tenderia a uma maior interligação entre os países da região a partir da construção de vias norte-sul e do desenvolvimento social, com diretrizes regulatórias e sustentáveis nas fronteiras consequentes, pois, do maior acesso ao território de cada vizinho.

Os projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) que integram os eixos andinos e os do Cone Sul alimentam como objetivo estratégico o favorecimento não apenas do comércio intrarregional, como também o inter-regional, especialmente com a Ásia – e com destaque para a China -, sendo a última uma das grandes con-

sumidoras de grãos do centro-oeste brasileiro. O escoamento pelo Pacífico é uma necessidade econômica do novo milênio.

Ademais, podemos afirmar que a estratégia da integração pela infraestrutura regional, facilitando a mobilidade dos países nas sub-regiões da América do Sul, também é de fundamental importância para fomentar a defesa e a segurança da região. Para a sua concretização, no entanto, é necessário solucionar os gargalos na infraestrutura da América do Sul. O maior exemplo advém da região amazônica – região que absorve grande parte dos países, tanto os do leste quanto os do oeste sul-americanos.

Desta forma, além das vantagens econômicas é essencial a articulação da infraestrutura energética e viária da Amazônia para os países que possuem parte deste território em seus limites geográficos. O desenvolvimento de uma região tão polêmica e delicada por meio de sua ocupação sustentável visa a sua proteção, obstaculizando assim os efeitos deletérios dos grupos paramilitares estacionados na vizinhança, como as FARC e o Sendero Luminoso, e afastando interesses externos à região cujos interesses se fundamentam no combate às drogas e, em grande parte, nos atuais discursos sobre questões climáticas e defesa universal do meio ambiente.

A ideia nacional da integração pela infraestrutura física nos moldes de um esquema de rápida interconexão de costa a costa do continente se deu em princípios do século passado, nos primeiros escritos dos militares e analistas geopolíticos brasileiros⁷. Para os geopolíticos concentrados nas potencialidades geográficas do território brasileiro banhado não somente pelo Oceano Atlântico do Sul, área marítima privilegiada pelo Brasil como natural e correspondente a sua proeminência em terra, como por uma imensidão de riquezas naturais originárias da Amazônia e dos diversos rios que serpenteiam o Cone Sul, era crucial discutir o controle físico e a disponibilidade da veloz mobilidade de tropas em todo o subcontinente sul-americano e seus respectivos

5 Couto, Op. Cit., p.54.

6 Spektor (2011).

7 Travassos (1938).

oceanos na perspectiva de manter o Brasil como patrono das áreas vitais da América do Sul.

Evidentemente, a ideia baseava-se na obtenção desse controle por meios pacíficos, dentro de um projeto de “hegemonia consensual”, onde os países da região assegurariam, diante da aceitação do Brasil como potência e líder regional, as condições para a construção de uma grande unidade geopolítica de contornos sul-americanos onde o continente e os oceanos Atlântico e Pacífico estariam sob o controle de tal ente hegemona regional. Para isso, naturalmente, considerava-se a importância da integração das vias de transporte tão precárias à época e ainda hoje.

“A efetivação dessa estratégia demandaria, obrigatoriamente, a integração e a organização do espaço nacional, o fortalecimento da defesa nas fronteiras, o exercício da liderança político-econômica no continente sul-americano, o estabelecimento de uma saída em direção ao Pacífico e a neutralização de pretensões hegemônicas de qualquer outro país sul-americano.”⁸

Considerações Finais: Rumo ao Pacífico

Nos dias atuais, as conexões que alcançam, ou pretendem alcançar, a Bacia do Pacífico e conectá-la aos mercados da Ásia converterá os países andinos em fortes competidores na área de serviços. Tais Estados interpretam suas posições privilegiadas no novo século como uma oportunidade de abrir caminho para as exportações dos maiores países da região, se tornando fontes de prestação de serviços (transporte, logística, transbordo, armazenamento etc.) e transformando seus portos em interesse nacional para países que deles necessitam, como a China, a Índia, os Estados Unidos e, principalmente, o Brasil; todos fazendo parte de uma possível competição por espaço de trânsito e influência na América do Sul.

A estratégia de transformar os países sul-americanos em nações com saída para ambos os oceanos foi combatida, já desde os anos 90, pela hegemonia dos

Estados Unidos. O Japão, país que se doou à discussão sobre o financiamento das conexões na América do Sul, foi compelido a desistir do apoio para não incomodar o patrono incontestado da região: a superpotência norte-americana⁹.

Não parece conveniente aos Estados Unidos a união do Pacífico com o Atlântico sul-americano, provavelmente porque lhes é sabido que a integração física tornará obsoleto o Canal do Panamá e fará da potência regional da América do Sul, o Estado brasileiro, com o apoio institucional da vizinhança, uma futura potência não apenas terrestre-continental, como também marítima, crescendo, a partir daí, como uma ameaça aos quase duzentos anos de Doutrina Monroe.

Não obstante, não basta o interesse em interligar os países do Atlântico e do Caribe aos do Pacífico e vice versa se os objetivos de uma industrialização compartilhada, a criação de cadeias produtivas para o melhoramento do bem-estar das localidades, o aumento do crescimento regional, a ampliação da mobilidade e a projeção da unidade sul-americana nas relações internacionais não guiarem um ambicioso processo de integração que ultrapasse aquele imaginado pela fase liberal do regionalismo aberto.

A integração como estratégia de inserção regional e internacional do Brasil não pode ser confundida com um mero instrumento comercial. Ela é, acima de tudo, a gestação de um sistema de poder autônomo e interdependente dos e para os Estados da América do Sul com vistas a tornar seus membros presentes em ambos os oceanos de importância crescente no mercado e na política internacional.

Referências Bibliográficas

- COUTO, Leandro Freitas. O Horizonte Regional do Brasil: Integração e Construção da América do Sul. Curitiba: Ed. Juriá. 2009.

- _____ . Política Externa Brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula. Civitas, Vol.

9 Zevallos (1993).

8 Cavagnari Filho apud Fledes (2010, p.464).

10, nº. 1, 2010 pp. 23-44.

-COSTA, Darc org. América do Sul: Integração e Infraestrutura. Torres: Ed. Capax Dei, 2010.

-FLEMES, Daniel. A Visão Brasileira da Futura Ordem Global. Contexto Internacional. Vol. 32, nº 2, 2010, pp. 403-487.

-GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana. Comunicação&Política, V. 25, nº3, 2007, pp. 169-189.

-RÍOS, Sandra; VEIGA, Pedro da Motta. O Regionalismo Pós-Liberal, na América do Sul: Origens, Iniciativas e Dilemas. Série Comércio Internacional - CEPAL. N. 82, 2007.

-SPEKTOR, Matias. O Regionalismo do Brasil In: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (org). Brasil e América da Sul: Olhares Cruzados. Rio de Janeiro: Ed. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, pp.141-172.

-TRAVASSOS, Mário. Projeção Continental do Brasil. São Paulo: 3ª Ed. Companhia Editora Nacional, 1938.

-ZEVALLOS, Enrique Amayo. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. Estudos Avançados. Vol. 7, b.17, 1993, pp. 117-169.

A invasão do Iraque e o Programa Iraquiano de Armas de Destruição em Massa

por Lucas Hage Chagas¹

Resumo

Logo após o início da invasão ao Iraque, em março de 2003, o presidente norte-americano George W. Bush fez um pronunciamento de justificação da mobilização das tropas. A existência de um programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa, alimentado pelo regime de Saddam Hussein, foi um dos argumentos apontados para dar suporte à “resposta” liderada pelos Estados Unidos. Após a invasão e ocupação do país, as buscas pelos famigerados armamentos se mostrou infrutífera e os governos americano e britânico, sobretudo, acharam-se pressionados pela opinião pública internacional, que ainda lhes cobra as reais motivações da invasão do Iraque.

Introdução

Após ultimato americano para extinção de armamentos de destruição em massa, e contra as decisões do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU), na noite do dia 19 de março de 2003, os Estados Unidos iniciavam a Segunda Guerra do Golfo, com bombardeios a alvos selecionados na capital do Iraque, Bagdá. Em poucas semanas a cidade estaria tomada e o regime de Saddam Hussein derrubado.²

O escopo da invasão norte-americana ao Iraque, em 2003, a despeito de motivações e justificativas, perpassava pela derrubada do regime de Saddam Hussein. Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e o fim do regime do Taliban no Afeganistão comumente figuram na composição do quadro em que se

1 graduando do 4º período de Relações Internacionais pela Universidade de Brasília - UnB - e do curso de Direito pelo Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB

2 MAGNOLI, Demétrio. Relações Internacionais: Teoria e História. São Paulo: Editora Saraiva, 2004. Introdução.

desenvolveu a Segunda Guerra do Golfo. Um capítulo da “guerra global contra o terrorismo”.³

Havia estima, por parte dos Estados Unidos, da existência de vínculos entre o Chefe iraquiano, Saddam Hussein e o líder do grupo terrorista Al-Qaeda, Osama Bin Laden. Apesar de o partido de Saddam, Ba’ath, afirmar-se laico, não faltaram referências ao Islã por ocasião da Primeira Guerra do Golfo, em 1990/1991. Após os eventos de 11 de setembro de 2001, tal suspeita bastava para pôr em alerta o governo norte-americano na condução da política externa antiterror.⁴

Esta orientação da política externa norte-americana, definida a partir do governo de George W. Bush, cumpria o projeto de construção de um novo século, eminentemente americano. Isto significava, essencialmente, o desenho de um sistema internacional assentado em valores americanos, como expresso nas políticas dos Estados Unidos para o controle armamentista, controle do comércio internacional e orientação das pautas de discussão. Representava, pois, a ameaça de um unilateralismo normativo nas relações internacionais.⁵

Em pronunciamento presidencial, logo após as primeiras movimentações do exército norte-americano, George W. Bush fez referência a valores democráticos e liberais que foram apresentados como aspirações morais universais, no intuito de justificar a invasão do Iraque sob o ponto de vista ético.⁶ Foram elucidadas como justificativas o suporte supostamente dado pelo regime de Saddam Hussein a grupos paramilitares terroristas e o desenvolvimento de um programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa.

As expectativas iniciais norte-americanas, pela

3 ROGERS, Paul. A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century. London: Pluto Press, 2006. Introdução.

4 LACOSTE, Yves. Géopolitique, la longue histoire d'aujourd'hui. Larousse, 2012 (2006). Pp. 312-313.

5 ROGERS, Paul. A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century. London: Pluto Press, 2006. Introdução.

6 Discurso disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u53194.shtml>.

forma de condução da invasão, eram otimistas, acreditando que as táticas de bombardeio, alimentadas pelo discurso de libertação da população iraquiana, conduziriam a um rápido colapso do regime de Saddam e a pronta transição para a “paz e a estabilidade democráticas”. Em análise retrospectiva, as expectativas acertariam quanto à rapidez da desmontagem do governo, mas errariam no último ponto.⁷

Logo após o início da invasão houve um breve momento de consternação diante da adversidade do clima, de alguns problemas com as primeiras campanhas e do ataque às rotas de suprimento das tropas americanas e das forças de coalizão. Entretanto, esta descrença logo foi afastada, quando, em três semanas o regime de Saddam Hussein entrou em colapso. Logo, o entusiasmo na administração Bush se encarregaria de tomar o “sucesso” na invasão como uma prova do “século americano”.⁸

Quanto à extensão do conflito, o entusiasmo de uma pacificação breve era a regra. Somente uma análise, veiculada à época no jornal *Open Democracy*, previa que este seria “um conflito que se postergaria por anos”. Mas, mesmo esta previsão não acertou em todos os pontos. De fato, conforme previsto, o conflito se alastraria por um tempo bem maior que se imaginara, e sairia extremamente caro aos Estados Unidos, mas sobretudo para a população civil iraquiana. No entanto, esta análise errou ao atribuir à resistência do regime o prolongamento da invasão.⁹

Logo após a queda de Saddam, a situação do Iraque era de conflito. O Estado se encontrava em completo desregramento social. A polícia iraquiana era disfuncional, e as forças de coalizão mostravam-se incapazes de manter a ordem pública. Não havia, entretanto, nenhum indício de apelo às forças de reconstrução da Organização das Nações Unidas. Ao contrário, os Esta-

dos Unidos tomavam o controle de amplos segmentos da economia iraquiana, e logo se começou a falar em bases permanentes.¹⁰

Apesar da negativa americana quanto à existência de qualquer relação entre a derrubada do regime de Saddam e o controle do fornecimento de petróleo pelo Iraque, este era um tema cada vez mais recorrente nos países do Oriente Médio. Esta suspeição se acentuou à medida que ia-se percebendo que o elemento nuclear das motivações da guerra – as armas de destruição em massa – era, de fato, inexistente.

A crença de que o escopo da invasão do Iraque centrava-se na sujeição de um Estado-chave do mundo árabe ao controle do ocidente, e mais especificamente dos Estados Unidos, espalhava-se pelo Oriente Médio. Apesar de toda a oposição árabe a certos aspectos do regime iraquiano, era maior a oposição ao controle norte-americano do país. A pauta central nestes países era, inequivocamente, a atribuição da invasão a interesses econômicos ligados ao fornecimento de petróleo.¹¹ Ao início de junho de 2003, já havia no ocidente a consciência, que o escopo da invasão não era a “libertação”, mas antes a “ocupação” do Iraque. À mesma época, já se colhiam evidências de que a oposição levantada contra a ocupação militar se espalhava e deixava de limitar-se a ataques esporádicos para se tornar algo muito mais sólido. Havia, pois, uma insurgência de resistência.¹²

Apesar destes focos de resistência, a postura das autoridades norte-americanas transparecia evidente negligência e menosprezo. Os insurgentes eram tratados como “resquícios” do regime de Saddam, que alimentavam ataques em oposição à ocupação do país. O pentágono se empenhava em afirmar-se como autoridade máxima, e julgava mesmo que o Iraque estava sob firme controle militar. Apesar desta visão míope da

7 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pp. 01-02.

8 Idem. Págs. 01-02.

9 Idem. Págs. 01-02.

10 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pp. 30-31.

11 Idem. Págs. 30-31.

12 Idem. Págs. 30-31.

situação em que se encontrava o país invadido e ocupado, havia, entre as autoridades norte-americanas, o reconhecimento da dificuldade que se enfrentava na redução do número de tropas destacadas para pôr o país sob controle.¹³

Estes insurgentes, hostis ao controle ocidental do Iraque, promoviam ataques às forças policiais, às forças armadas e missões diplomáticas. Um destes movimentos de maior significado foi o ataque à sede da ONU no país. Além das mortes provocadas, este ataque reverteu-se de um significado maior. A sede da ONU era um dos únicos pontos seguros de Bagdá, e o atentado mostrava às Nações Unidas que os Estados Unidos não tinham o firme controle do país; além de pôr em evidência o antagonismo existente entre a administração Bush e os interesses da Organização.¹⁴

A guerra ao terror mantinha o seu crédito, apesar de contrastar fortemente com qualquer análise detida da política externa norte-americana e seus efeitos. Dois anos de guerra declarada ao terrorismo e a Al-Qaeda permanecia em atividade. O Afeganistão ainda restava extremamente inseguro e crescia entre os países árabes o sentimento antiamericano.¹⁵

Programa Iraquiano de Armas de Destruição em Massa

O partido de Saddam, Ba'ath, desde a sua fundação era entusiasta do desenvolvimento de um programa de armas de destruição em massa. Ademais, o partido via o Iraque como um ator regional importante. Seu papel era relevante, sobretudo no que cumpria deter o poderio singular de Israel na região. E, nesse mister, mostrava-se imperativo ao partido que o país estivesse munido com um arsenal nuclear.¹⁶

13 Idem. Págs. 57-58.

14 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pp. 90-91.

15 Idem. Págs. 90-91.

16 Idem. Pág. 92.

Na década de 1970, o Iraque já havia demonstrado interesse num programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa. O foco era em armamentos nucleares e químicos; e biológicos, em segundo plano. O país chegou mesmo a investir na construção de um arsenal nuclear, a partir do enriquecimento do plutônio.¹⁷ Com a ajuda da França, Saddam construiu uma base nuclear em Osirak. Esta atividade precisava ser desenvolvida de maneira geograficamente centralizada, o que tornava o programa vulnerável a ataques externos. Em 1981, o Estado de Israel destruiu o reator de Osirak, fazendo com que o Iraque mudasse a sua estratégia nuclear.¹⁸

O programa iraquiano foi diversificado: dezenas de bilhões de dólares foram usados na compra de equipamentos militares dos europeus, a indústria de armamentos do país foi ampliada, e os programas de pesquisa no setor, fomentado. Durante a maior parte da década de 1980, o Iraque foi o maior comprador singular de armas do mundo. De acordo com as Nações Unidas, o país importou 819 mísseis de longo alcance, e modificou mais da metade para que atingissem alvos ainda mais distantes.¹⁹

O programa de Estado para produção de pesticida chegou a ser sediado no Salman Park, um campo de treinamento terrorista. O Iraque também adquiriu, através deste, uma ampla variedade de agentes biológicos. De acordo com um relato feito a um inspetor da ONU pelo General Nizar Attar, que presidiu os programas iraquianos de desenvolvimento e pesquisa de agentes biológicos, o Iraque estabeleceu, em 1986, planos para converter tais agentes em armas.²⁰

Os agentes letais incluíam: Anthrax, Botulinum, Brucellosis e Tularaemia. Segundo as Nações Unidas,

17 Idem. Pág. 92.

18 KAPLAN, Lawrence F. & KRISTOL, William. *The War Over Iraq*. San Francisco: Encounter Books, 2003. Págs. 60-62.

19 KAPLAN, Lawrence F. & KRISTOL, William. *The War Over Iraq*. San Francisco: Encounter Books, 2003. Págs. 60-62.

20 Idem. Págs. 60-62.

ao final do 1987 e início de 1988, foram realizados os primeiros testes de campo, e em 1989, os agentes biológicos foram testados em bombas aéreas, mísseis e outras munições. Os inspetores também descobriram que o regime vinha utilizando estes armamentos em estudos com macacos e outros animais. Ao final da década de 1980, o Iraque já possuía em torno de 200.000 “munições especiais”, das quais cerca de metade preenchidas com substâncias químicas ou biológicas.²¹

A nova base escolhida foi o urânio, enriquecido em diversos pontos do país. Paralelamente, o Iraque proliferou o desenvolvimento de armas químicas, sobretudo com o gás de mostarda; além do início a um programa mais efetivo de produção de armas biológicas. Estes armamentos químicos eram usados reiteradamente contra forças terrestres do Irã e mesmo civis iraquianos, curdos e xiítas, à época em que Iraque e o ocidente mantinha aliança, mesmo que informal.²²

Em 1991, à ocorrência da Primeira Guerra do Golfo, o programa iraquiano de armas de destruição em massa ainda era inicial, mas tinha alguma capacidade objetivamente constatável e, provavelmente, seria prontamente utilizado caso o regime se achasse ameaçado. Ao final da guerra, a ONU, através da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) instituiu uma Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM), a fim de desmantelar ao máximo o programa iraquiano.²³ O próprio regime havia detalhado meticulosamente o seu arsenal ilegal. E graças à UNSCOM, estes detalhes foram documentados e publicizados como poucas vezes se viu anteriormente. De acordo com o relatório final da Comissão, submetido ao Conselho de Segurança da ONU em 1999, o empenho do Iraque no desenvolvimento de armas biológicas remetia aos anos 1973 ou

21 Idem. Pág. 63.

22 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pág. 92.

23 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pp. 92.

te do país.²⁴

O próprio regime iraquiano havia documentado a condução de “pesquisas sobre microrganismos para fins militares”²⁵, entre 1974 e 1978. Em meados da década de 1970, o país também deu início ao empenhimento de esforços no desenvolvimento e aquisição de armas químicas. O Iraque construiu indústrias químicas, produziu as matérias primas necessárias para a produção destes armamentos, e comprou ingredientes químicos de fontes confiáveis, como a Alemanha e a França.²⁶

Por acordo firmado ao final da Primeira Guerra do Golfo, ampla quantidade de armas químicas e seus meios de produção foram destruídos. A UNSCOM acompanhou de perto a destruição de vários mísseis e suas linhas de fabricação. A inspeção da ONU, através da AIEA, foi, no geral, bem sucedida no combate às armas de destruição em massa, mesmo as de natureza nuclear. De 1991 a dezembro de 1998, os inspetores da ONU acompanharam a destruição de “todos” os mísseis, armas químicas e facilidades nucleares iraquianas. Em verdade, não havia, ao final da inspeção, clareza quanto ao caráter “total” da destruição dos armamentos. O programa de desarmamento do Iraque não havia logrado muito sucesso no que diz respeito à remoção das armas biológicas. Acreditava-se, sem que se soubesse ao certo, que o programa de armas de destruição em massa iraquiano estava findo.²⁷ Tampouco houve um acompanhamento acurado após a retirada das equipes de inspeção da ONU em 1998. Até 2003, quando da ocorrência da Segunda Guerra do Golfo, restava a incerteza quanto à capacidade bélica iraquiana, potencial ou efetiva.

24 KAPLAN, Lawrence F. & KRISTOL, William. *The War Over Iraq*. San Francisco: Encounter Books, 2003. Págs. 60-62.

25 Idem. Págs. 60-62.

26 Idem. Págs. 60-62

27 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Págs. 92-93.

A Capacidade Bélica Iraquiana em 2003

No início de 2003, contudo, na iminência da invasão americana ao Iraque, havia três impressões distintas quanto à capacidade bélica do país invadido. Em um extremo, figurava a crença de que o Iraque mantinha um programa clandestino de desenvolvimento de agentes químicos e armas biológicas, além de um programa de reconstituição dos mísseis e da capacidade nuclear. O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, sediado em Londres, adotou este ponto de vista, mas com certa precaução. De maneira mais irrestrita, os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido também adotaram tal visão. Este último chegava mesmo a alertar uma capacidade de ataque imediato, tratando o Iraque como uma ameaça de ambições agressivas.²⁸

No outro extremo, alguns especialistas em armas químicas e biológicas, que realizavam análises independentes, consideravam improvável qualquer capacidade iraquiana efetiva, não somente devido às limitações do país, mas porque as armas químicas e biológicas estocadas por um longo período de tempo são inutilizáveis. Além do mais, não havia evidências de nenhum programa de recuperação destes armamentos.²⁹

Uma terceira percepção da capacidade bélica do Iraque dá conta de que o país tinha alguma capacidade de uso de armas químicas e biológicas, mesmo que limitada. Estas estariam disponíveis para serem utilizadas diante de qualquer ameaça ao regime de Saddam Hussein. Isto é o que parece ter ocorrido em 1991: As forças norte-americanas não destruíram o regime à época.³⁰ Esta terceira posição - de uma capacidade iraquiana limitada - cria um dilema para a análise das justificativas apresentadas pelos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido para a invasão em 2003. Se era limitada, a referida capacidade não bastaria para justificar a

invasão. Por outro lado, mesmo que limitada, representava um risco, em caso de uma guerra eventual.³¹

Houve também uma posição pragmática adotada por ocasião das demandas por justificativas junto aos governos dos países invasores. Esta assumia que o regime destruíra seus armamentos às imediações da guerra. Não é um argumento razoável, e sua sustentação parece pouco intuitiva. É possível que o regime de Saddam tenha freado o programa de desenvolvimento destas armas, a fim de evitar sanções internacionais, retomando-o na eventualidade de uma tentativa deliberada de derrubar o governo e tomar o país.³²

As Justificativas e os Direitos Humanos

Os elementos centrais da justificativa americana na propositura da “intervenção” militar no Iraque junto ao Conselho de Segurança da ONU foram a existência de um programa agressivo de desenvolvimento de armas de destruição em massa e o suporte, pelo regime de Saddam, a grupos terroristas, sobretudo a Al-Qaeda. Era uma argumentação, portanto, essencialmente humanitária, que advogava para si a tutela da legitimidade jurídica internacional. No entanto, diante da inexistência de acordo na deliberação do Conselho, em que pese a oposição levantada pela França e pela Alemanha, não se hesitou em, deliberadamente, transgredir as normas do Direito Internacional. Os Estados Unidos, acompanhados pelas forças da coalizão formada em apoio, invadiram o país em março de 2003.

George W. Bush, com o apoio do Congresso norte-americano e de grande parte da opinião pública; seguido por Tony Blair, apesar da expressiva oposição da opinião pública britânica, liderou a invasão. A Polônia, que tinha acabado de ingressar na OTAN,

28 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pág. 93.

29 Idem. Pág. 93.

30 Idem. Pág. 93.

31 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pp. 93.

32 ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006. Pág. 93.

prontamente apoiou os Estados Unidos, como que na tentativa de mostrar sua efetiva aliança à organização militar.³³

Quatro meses depois da tomada de Bagdá, falava a procura pelas armas de destruição em massa. “Surpreendentemente”, não parecia haver qualquer capacidade de produção ou armazenamento de tais armamentos. Apesar da situação constatada, mantinha-se firme a posição, sobretudo do governo britânico, que insistia na existência do arsenal, a ser encontrado em algum lugar do país.

A coalizão atribuía o fiasco da busca pelas armas a um “grupo de pesquisa iraquiano”³⁴. Em verdade, omitia o fato de que, assim que o regime caiu, em abril de 2003, as forças armadas americanas puseram no Iraque grupos de especialistas, incumbidos de visitar os spots estratégicos, indicados por levantamentos prévios da inteligência norte-americana. E estes nada encontraram.³⁵

O resultado destas primeiras buscas criou uma situação controversa a respeito das condições do país invadido em sustentar um programa bélico realmente ameaçador. Esta indagação tinha maiores implicações no Reino Unido. O perigo do programa de armas de destruição em massa havia sido o argumento levantado no Parlamento para fins de se obter apoio à guerra. Diante dos primeiros resultados obtidos com a invasão, não faltavam demandas pelos verdadeiros interesses subjacentes à derrubada do regime.

Se os armamentos que justificaram a invasão, revestindo-lhe de um mínimo de legitimidade - porém não de legalidade internacional -, não estavam em lugar algum no Iraque, os governos agora perdiam também o fundamento humanitário. Como podiam manter-se alegações de que o regime de Saddam Hussein utilizava

33 LACOSTE, Yves. Géopolitique, la longue histoire d'aujourd'hui. Larousse, 2012 (2006). Págs. 312-313.

34 (Grifo nosso).

35 ROGERS, Paul. A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century. London: Pluto Press, 2006. Págs. 91-95.

destas armas contra a própria população civil iraquiana? Que ameaça regional (a Israel) ou global poderia imputar-se ao Iraque?³⁶

Mesmo plausível, o argumento humanitário da invasão do Iraque seria vazio, na medida em que o regime de Saddam Hussein mantinha vínculos estreitos com a maioria dos países ocidentais – incluindo-se os Estados Unidos e o Reino Unido – à época dos maiores abusos aos direitos humanos, como em fins da década de 1980. Ademais, a desordem que se seguiu à queda do regime não era em nada condizente com qualquer propósito humanitário.³⁷

Conclusão

Em 2003, a capacidade bélica iraquiana, realmente existente, contrastava sobremaneira com o que sustentavam os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido. A ameaça de um programa agressivo de desenvolvimento de armas de destruição em massa, bem como da existência de alianças entre o regime de Saddam Hussein e os grupos terroristas, não parecia factível. Pelo menos era o que reportavam as equipes de especialistas enviadas após a invasão para achar e destruir os alarmados armamentos.

O Iraque investiu pesadamente, em outro momento, no desenvolvimento de armas químicas, biológicas e nucleares. Após a Primeira Guerra do Golfo, em 1991, contudo, o programa criado neste ínterim foi desmantelado sob a inspeção das Nações Unidas. O resultado da busca, após a invasão de março de 2003 parecia informar que o regime de Saddam não havia retomado as estratégias bélicas de outros tempos. George W. Bush e Tony Blair acharam-se pressionados pelas

36 MILLER, Steven E. Gambling on War: Force, Order, and the Implications of Attacking Iraq. In: War With Iraq: Costs, Consequences, and Alternatives. Cambridge: American Academy of Arts and Sciences, 2002. Pág. 22.

37 ROGERS, Paul. A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century. London: Pluto Press, 2006. Págs. 57-58.

indagações a respeito dos motivos para a invasão ao país, mesmo diante da negativa do Conselho de Segurança da ONU, como impõe a legalidade internacional.³⁸

Em verdade, desde os primeiros momentos da movimentação de invasão do Iraque, figuram indícios de ocupação e controle, ao invés de intervenção e libertação. Derrubado o governo de Saddam Hussein, Bagdá foi tomada, emitiam-se informações extraoficiais do número de baixas civis e militares. A pretensão de controle do Iraque pela coalizão era constatável: empresas norte-americanas ganhavam os contratos de reconstrução ao final da invasão, estatais iraquianas foram privatizadas, o exército do país, dissolvido.³⁹

A opção foi por continuarem - pelo menos oficialmente - a empreender as buscas aos armamentos de destruição em massa. Mesmo que as equipes de investigação encontrem evidências da existência destas armas, certamente estas estarão longe do mínimo exigível para que se possa alegar uma ameaça como justificativa para a invasão.⁴⁰ Ademais, passados 11 anos, pode-se pôr em questão mesmo o crédito que teria qualquer descoberta de provas da existência da ameaça outrora elucidada.

REFERÊNCIAS

ROGERS, Paul. *A War Too Far. Iraq, Iran and the New American Century*. London: Pluto Press, 2006.

MILLER, Steven E. *Gambling on War: Force, Order, and the Implications of Attacking Iraq*. In: *War With Iraq: Costs, Consequences, and Alternatives*. Cambridge: American Academy of Arts and Sciences, 2002.

LACOSTE, Yves. *Géopolitique, la longue histoire d'aujourd'hui*. Larousse, 2012 (2006).

KAPLAN, Lawrence F. & KRISTOL, William. *The War Over Iraq*. San Francisco: Encounter Books, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: Teoria e História*.

38 Idem. Pág. 95.

39 Idem. Págs. 30-31

40 Idem. Pág. 95.

São Paulo: Editora Saraiva, 2004.



COLUNAS

DÍVIDA ARGENTINA: CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA

Luana A. Ayala



A atual situação da dívida que paira sobre a Argentina e que pode levar o país a uma quebra é um reflexo da forte crise de 2001. Como causa do descontrole da crise, o governo suspendeu o pagamento de uma dívida pública de mais de 88 bilhões de dólares¹, foi o “default” e naquele momento foi considerado o maior da história. Já em 2005 e 2010, o governo argentino propôs aos credores dos títulos da dívida uma reestruturação em que se pagaria a eles por volta dos 70% do inicialmente acordado. Isto foi aceito por 92,4% deles, entretanto, 7,6% deles não aceitaram, então, os holdouts que pejorativamente são chamados de “fundos abutres” compraram 1% desses títulos a preços muito baixos em 2008. O Congresso argentino votou em 2005 a “Ley Cerrojo”, pela qual se pagaria somente aos credores que participaram da reestruturação.

Neste caso, os chamados popularmente de “fundos abutres” são a empresa American Task Force (AFTA) que engloba a NML e Elliot Management. Estes fundos compram títulos da dívida de países ou em

presas em situações economicamente críticas e depois recuperam esse investimento através de juros muito altos. O próprio termo holdout vem do fato de que são eles que restam quando há uma renegociação da dívida para receber o total do valor emprestado. O Peru e o Congo, entre muitos outros, já estiveram em situações semelhantes àquela que a Argentina atualmente passa com tais fundos.

Os fundos especulativos iniciaram suas ações judiciais contra a Argentina alegando a cláusula *pari passu*, que é de reciprocidade, ou seja, se o país pagará a dívida aos participantes da reestruturação, também deve pagar aos que não participam. Assim, a Argentina encontra-se em um impasse, já que, algumas cláusulas no contrato do acordo da renegociação impede ao país oferecer voluntariamente a esses holdouts melhores condições que aos que aceitaram a renegociação.

Ainda assim, o país ofereceu um acordo, dentro da lei, no qual esses fundos entrariam imediatamente na renegociação, com isso eles teriam um lucro de 300%, porém, estes não aderiram à proposta.

Se a Argentina aceitar pagar o valor integral aos “fundos abutres”, estima-se, segundo o Ministro

1 MÜLLER, Alberto. “Default y reestructuración: ¿Cuál fue la real quita de la deuda pública argentina?” 03/2013. Documento de Trabajo n.32/UBA.

de Economia argentino Alex Kicillof, que os reclamos poderiam ser de 120 até 500 bilhões de dólares, já que os outros credores que não aceitaram a renegociação (e mesmo os que aceitaram) iriam exigir o pagamento do valor total do título da dívida, ou seja, a renegociação alcançada pelo governo argentino em 2005 e depois em 2010 entraria em risco. Pagando somente aos credores que não aderiram à renegociação, o país teria que desembolsar 15 bilhões de dólares, equivalente a praticamente metade das reservas de seu Banco Central, que chegam somente a 29 bilhões de dólares.

Esses fundos especulativos pagaram pelos títulos que compraram 48,7 milhões de dólares (20 centavos por cada dólar da dívida adquirida²), e eles conseguiriam cobrar pela determinação do juiz Thomas Griesa 1,33 bilhões de dólares, ou seja, um lucro de 1600%. A Suprema Corte dos Estados Unidos também anunciou que corrobora a decisão do juiz Griesa, e com isso, a tentativa argentina de pagar aos credores que aceitaram a reestruturação os 900 milhões de dólares em junho de 2014 foi impedida pelo juiz, com um bloqueio.

Dessa maneira, a imprensa anuncia um suposto “calote” da Argentina, porém o governo fez todos os pagamentos acordados, mas estes foram bloqueados pelo juiz. Incentivado por essa propaganda midiática, ocorre uma fuga de capitais do país, além da perda de credibilidade e incapacidade de conseguir empréstimos nos mercados internacionais de crédito, ou seja, torna-se mais vulnerável aos desequilíbrios da balança de pagamentos.

O país latino-americano, então, busca apoio internacional para sua causa, longe de se resignar à situação. Em setembro levou-se a votação na Assembleia Geral das Nações Unidas uma resolução que pretende estabelecer um mecanismo que regule as reestruturações das dívidas soberanas. Esta foi aprovada por 121 votos, com 11 votos contra (os EUA, e seus aliados: Israel, Canadá, Austrália e Alemanha, entre outros)

2 WEISBROT, Marc. “Na Argentina, os fundos abutres são postos em xeque”. *Le Monde Diplomatique*. Brasil, ano 8, n. 87, out.2014, p.16-17

e 41 abstenções: é a Resolução 68/304. O Conselho de Direitos Humanos da ONU também adotou uma resolução que condena e determina uma investigação das atividades dos “fundos abutres”, com 33 votos a favor (os EUA também se posicionou contra).

A Argentina, também, está adotando medidas legislativas para poder dialogar com os credores fora da jurisdição norte-americana e da mesma forma os países em desenvolvimento começam a evitar a jurisdição dos Estados Unidos para emitir seus bônus³.

Deve-se destacar que a decisão de Griesa traz complicações ao sistema financeiro internacional, pois essa decisão poderia inviabilizar o único recurso existente no âmbito internacional em relação aos Estados para evitar as declarações de falência e de não pagamento de suas dívidas: a reestruturação negociada.

Conclui-se que a legislação norte-americana mostra-se disposta a favorecer uma minoria de especuladores em detrimento da estabilidade de países, como demonstra a decisão do juiz norte-americano. Recomendável seria que as emissões de dívidas de Estados não se mantivessem tão concentradas no centro financeiro norte-americano, dessa forma, provavelmente os legisladores norte-americanos adaptariam suas leis às normas internacionais.

Bibliografia:

Disponível em

<<http://cnnspanol.cnn.com/2014/07/30/standard-poors-declara-la-deuda-de-argentina-en-suspension-de-pagos-selectiva/>> Acesso na data: 04/11/2014

<<http://www.economistaamerica.com.ar/economia-eAm-argentina/noticias/5986511/08/14/Que-son-los-fondos-buitre-y-por-que-planean-sobre-Argentina.html#.Kku8q2ShJcfupv0>> Acesso na data: 04/11/2014

3 WEISBROT, Marc. “Na Argentina, os fundos abutres são postos em xeque”. *Le Monde Diplomatique*. Brasil, ano 8, n. 87, out.2014, p.16-17

<<http://www.unicen.edu.ar/content/las-causas-de-la-crisis-de-2001>> Acesso na data: 04/11/2014

<<http://www.cnnexpansion.com/economia/2014/07/31/12-puntos-de-la-crisis-argentina-en-2001>> Acesso na data: 04/11/2014

<<http://www.profesorenlinea.cl/Economia/Argentina-Crisis.htm>> Acesso na data: 04/11/2014

<<http://www.lacapital.com.ar/economia/La-deuda-publica-argentina-y-el-conflicto-con-los-buitres-20140622-0003.html>> Acesso na data: 04/11/2014

<http://www.clarin.com/politica/Griesa-favor-reclamo-fondos-buitre_0_815318594.html> Acesso na data: 04/11/2014

<<http://comunicacionpopular.com.ar/la-sanguinaria-historia-de-los-fondos-buitres-los-nuevos-piratas-del-capitalismo-moderno/>> Acesso na data: 04/11/2014

<<http://home.econ.uba.ar/economicas/sites/default/files/cespa32.pdf>> Acesso na data: 04/11/2014

<<http://www.publico.pt/mundo/noticia/as-dividas-soberanas-e-a-fabula-argentina-1671846>> Acesso na data: 04/11/2014

A QUESTÃO DO CASO DA APATRIDIA NO DIREITO BRASILEIRO

Anderson Amendola



O apátrida é todo aquele que não é reconhecido como nacional de nenhum Estado¹, ou seja, a pessoa que não tem nacionalidade. A nacionalidade é um vínculo jurídico-político entre o Estado e o indivíduo, que o faz parte do povo desse Estado, concedendo-lhe direitos e impondo-lhe deveres, trata-se de um direito fundamental² e um direito do homem³, sendo uma garantia em especial para a criança⁴. Entretanto, atualmente, cerca de 12 milhões⁵ de pessoas no mundo são apátridas e

1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (1954). Nova Iorque, NY: Assembleia Geral da ONU. Direitos Humanos. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_14/IIIPAG3_14_2.htm> Acesso em: 27 out. 2014.

2 TANURE, Rafael Jayme. Direito Fundamental à Nacionalidade. Revista de Direito Constitucional e Internacional. ano 16, n. 63, abr.-jun. 2008, p. 216.

3 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). Nova Iorque, NY: Assembleia Geral da ONU. Ministério da Justiça. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em: 27 out. 2014.

4 BRASIL: Presidente da República. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Promulga Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos. PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/19901994/D0592.htm>. Acesso em: 27 out. 2014.

5 ONU. Agencia de refugiamos da ONU.

vivem em um “limbo” legal, e mesmo vivendo em algum país, pagando seus impostos e contribuindo para determinada sociedade não tem o seu direito a nacionalidade preservado, não tendo vínculo com nenhum Estado-nação.

No direito brasileiro pode-se vislumbrar diferentes tipos de nacionalidade: o brasileiro nato, que é a regra, o brasileiro naturalizado, que é a exceção, e do português equiparado, que é uma exceção especial criado pelo acordo de Paz entre Brasil e Portugal em 2002, existindo ainda a figura dos apátridas, anacionais ou apatridias, que são aqueles que “tem um lugar de completa marginalidade jurídica já que torna o indivíduo um ser excluído de toda e qualquer comunidade, sem vínculo jurídico ou político com qualquer nação ou Estado”⁶. Vislumbramos ainda um outro caso especial de nacionalidade que é a dupla nacionalidade, múltipla nacionalidade, polipatridia ou plurinacionalidade, que é basicamente o “abrandamento da repulsa, tão acentuada em outros tempos, ao instituto da múltipla nacionalidade”⁷.

No Brasil o apátrida tem a natureza jurídica de ACNUR. Disponível em: <<http://www.rets.org.br/sites/default/files/Apatridia%20no%20mundo.pdf>> Acesso em: 27 out. 2014.

6 TANURE, Rafael Jayme. Direito Fundamental à Nacionalidade. Revista de Direito Constitucional e Internacional. ano 16, n. 63, p. 223, abr.-jun. 2008.

7 Op. cit.

estrangeiro, ou seja, ele é considerado estrangeiro para fins legais, o que lhe garante direitos individuais em razão do art. 5º, da constituição de 1988, que promove a igualdade entre os brasileiros e os estrangeiros residentes no país e a “inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”⁸. Apesar da maioria das constituições disporem de forma expressa que os nacionais são iguais, não importando a maneira com que foi adquirida, há diferenças dos direitos concedidos entre os nacionais que por aquisição originária e os nacionais naturalizados, inclusive para o próprio exercício da cidadania.

O direito de nacionalidade no Brasil e na América Latina, assim como na maioria dos países frutos de colonização, em essência, devido a sua formação por imigração prezam pelo critério do jus solis, mas também em razão da cultura descendente da península ibérica, utiliza o clássico jus sanguinis.

Os motivos para que uma pessoa se torne um apátrida são: Secessão de Estado, como nos casos da Checoslováquia e da Iugoslávia no Leste Europeu; Leis Complexas, visto que cada país é soberano para determinar quem é seu nacional; A falta do registro de nascimento, como foi o caso do Filho do jogador Ronaldo que nasceu na Itália até fazer o registro no Brasil; Discriminação contra a mulher, em pelo menos 30 países do norte da África a nacionalidade é passada apenas por homens, logo as mulheres casadas com estrangeiro não passam a nacionalidade para os filhos; Discriminação racial e étnica, por exemplo, Saddam Hussein privou “os curdos Faili, uma comunidade Shiita, da cidadania iraquiana (em 1980)”⁹

No direito internacional, foram desenvolvidos, além da garantia do direito à nacionalidade, como um

8 BRASIL. Constituição(1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao_Compilado.htm> Acessado em: 27 out. 2014.

9 Disponível em: <https://teiasocial.mpf.mp.br/images/f/f0/60_anos_de_ACNUR_-_Perspectivas_de_futuro.pdf#page=271> Acesso em: 27 out. 2014

direito humano universal, que deve ser assegurado à todos conforme a declaração de direitos do homem da ONU de 1948, dois tratados sobre o direito dos apátridas, a Convenção de 1954 Relativa ao Estatuto dos Apátridas conceituando o termo e normatizando os direitos mínimos para garantir a sua dignidade, e a Convenção de 1961 procurando ser um guia para os Estados na prevenção e redução dos casos de apatridia através de salvaguardas em suas leis nacionais.

Apesar da maioria das constituições disporem de forma expressa que os nacionais são iguais, não importando a maneira com que foi adquirida, há diferenças dos direitos concedidos entre os nacionais que por aquisição originária e os nacionais naturalizados, inclusive para o próprio exercício da cidadania.

Os apátridas refugiados são aqueles que têm: “(i) a existência de um fundado temor de perseguição, (ii) os motivos dessa perseguição limitam-se a questões de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, (iii) a migração deve ser internacional,”¹⁰ Após a segunda guerra mundial pode-se notar dois tipos diferentes de apátridas, os judeus que foram expropriados de seus bens e de sua nacionalidade e os refugiados que abandonaram voluntariamente o país de origem por não serem protegidos pela legislação.¹¹

É importante ressaltar que o refúgio não se confunde com o asilo político¹², este último é ligado ao indivíduo perseguido pelo Estado em razão de nacionalidade (ou a falta de tal direito), religião, etnia, gênero ou raça, enquanto aquele é decorrente de um abalo nas estruturas do país, em razão de catástrofes da natureza, como no caso do Haiti, ou guerras, como no caso dos belgas refugiados em Paris em decorrência da Primeira Guerra Mundial.

As estatísticas da ACNUR sobre a estimativa de pessoas apátridas por país em dezembro de 2009, registra que no Brasil cerca de 106 pessoas estão nessa situação.

10 Op. cit. Loc. cit.

11 Id. Ibid.

12 LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 862.

ação, por outro lado em países em zonas de conflitos ou onde os direitos humanos não são respeitados esses números chegam a milhares.¹³

O Brasil nos últimos anos fez reformas na legislação para que essa situação de apatridia reduzisse, com a aprovação em 2007 foi aprovada pelo congresso a emenda constitucional 54, que trouxe ao ordenamento pátrio a hipótese de aquisição de cidadania originária por *ius sanguinis*, ao filho de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados nas repartições consulares (Embaixada ou Consulado), anteriormente, devido à emenda revisional nº 3, de 1994, não era possível realizar o registro nas repartições, não permitindo ao filhos de brasileiros no exterior serem registrados como brasileiros¹⁴, levando a aproximadamente 200 mil brasileiros a viver na condição de apátrida, levando ao movimento dos brasileirinhos apátridas¹⁵ demandarem reformas na Constituição brasileira, consagrada em 2007.

O tratamento da perda de nacionalidade na ótica do direito fundamental à nacionalidade leva, segundo Rafael Tanure¹⁶, a uma perspectiva de confronto entre duas normas: O direito de nacionalidade e a soberania dos Estados em matéria de nacionalidade. A solução encontrada, desde a convenção de Haia de 1930¹⁷, é que os Estados são soberanos em relação a quem é ou não nacional de seu país, ou seja, resolvem os casos relativos à perda da nacionalidade, entretanto esta soberania é mitigada pela teleologia de se garantir aos indivíduos pelo menos uma nacionalidade. Nessa direção de miti-

13 Disponível em: <https://teiasocial.mpf.mp.br/images/f/f0/60_anos_de_ACNUR_-_Perspectivas_de_futuro.pdf#page=271> Acesso em: 27 out. 2014

14 MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 215.

15 BRASILEIRINHOS APATRIDAS. Disponível em: <<http://www.brasileirinhosapatridas.org/>> Acesso em: 27 out. 2014.

16 TANURE, Rafael Jayme. *Direito Fundamental à Nacionalidade*. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. ano 16, n. 63, p. 223, abr.-jun. 2008.

17 Op. cit. Loc. cit.

gação da soberania estatal Eduardo Baptista¹⁸ prega que o direito internacional “impõe cada vez mais restrições à privação da cidadania por parte do Estado, precisamente dado que normalmente tal tornará o indivíduo apátrida em contradição com o referido princípio costumeiro de que a apatridia deve ser evitada.”

A renúncia, também chamada de autoexpatriação¹⁹, apresenta uma problemática diferente da anterior, pois não se vislumbra a garantia do direito fundamental à nacionalidade por limitação da ação soberania estatal, mas sim da limitação do próprio livre arbítrio do ser humano que poderia tornar-se um apátrida por sua vontade²⁰. Nessa linha o direito de nacionalidade se mostra como dever de forma que a ordem jurídica cobra do próprio indivíduo a vinculação a um Estado²¹. Analisando a perda da nacionalidade ainda à luz do direito fundamental Manoel Neto²², faz uma crítica à previsão constitucional prevista no art. 12, §4º, I, da CRFB/88, que prevê o cancelamento da naturalização por atividade nociva ao interesse nacional, nos seguintes termos:

Se a nacionalidade é, de modo indubitável, direito fundamental, não se entende – a não ser como mera vindicta do Estado – a razão para tão extremada pena a ser imposta ao indivíduo e incluída na sentença judicial, contribuindo, assim, para o aumento do número de apátridas.

A perda de nacionalidade não pode, no entanto, ser tirada do indivíduo por mera discricionariedade do

18 BAPTISTA, Eduardo Correia. *Direito Internacional Público*. v.2. Coimbra: Almedina, 2004, p. 196-197.

19 SILVA NETO, Manoel Jorge e. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 739.

20 TANURE, Rafael Jayme. *Direito Fundamental à Nacionalidade*. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. ano 16, n. 63, p. 224, abr.-jun. 2008.

21 Op. cit. Loc. cit.

22 SILVA NETO, Manoel Jorge e. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 738.

Estado por força da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo XV, §2º, estipula que “ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade”²³

Há a possibilidade de “recuperação da nacionalidade brasileira perdida”²⁴, por ato do Presidente da República acrescido do requerimento por parte do interessado, quando a perda for resultante de infração do artigo 12, §4º, II, da Constituição da República, ou seja, aquisição voluntária de outra nacionalidade, conforme dispõe artigo 36 da lei 818/49.²⁵

Há entendimento no direito constitucional no sentido de que “tal dispositivo só terá validade se a reaquisição não contrariar os dispositivos constitucionais e, ainda, se existirem elementos que atribuam nacionalidade ao interessado.”²⁶

Por outro caminho, quando a perda da nacionalidade se der em razão de prática de ato nocivo ao interesse nacional, não poderá ser readquirida, tendo sido neste caso, como pressuposto da perda de nacionalidade, o cancelamento da naturalização por sentença judicial transitada em julgado²⁷, estando, portanto, protegido pelo manto da coisa julgada (art.5º, XXXVI, CRFB/88), assim apenas se a decisão for rescindida poderá o indivíduo readquirir a nacionalidade.

Apesar dos avanços na legislação brasileira,

23 Casella, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. Paulo Casella Borba, Hidelbrando Accioly e G. E do Nascimento e Silva. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 532.

24 OLIVEIRA, Ramon Tácio de. Manual de Direito Constitucional. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 117.

25 BRASIL. Lei no. 818, de 18 de setembro de 1949. Regula a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade, e a perda dos direitos políticos. Diário [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 set. 1949 e retificado em 29 set. 1949. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0818.htm>. Acesso em: 27 out. 2014.

26 LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 865.

27 Op. cit. Loc. cit.

esse problema ultrapassa a barreira do país, sendo uma questão mundial, não é possível resolver o assunto sem a cooperação da Comunidade de Nações, pois devido à soberania, apenas o Estado-nacional pode determinar quem é ou não seu nacional, no entanto é possível, através da sociedade civil, de ONG's e da própria comunidade de apátridas, pressionar os governos a tomarem medidas e ações positivas para acabar com expropriação da dignidade dessas pessoas, garantindo a elas os direitos humanos que tem sido negligenciado através da história, fazendo de casos como o Brasil exemplos a serem seguidos.

A REELEIÇÃO DE DILMA E A MANUTENÇÃO DE SUA POLÍTICA EXTERNA

João Pedro Levy e Gabriel Asaf



Os anos de governo do PT foram marcados por uma política externa de tendência emancipatória, além de uma tendência mais desenvolvimentista, em contraposição a uma política liberal em voga desde os anos 1980, no mundo, e 1990, no Brasil. No contexto de pensamento do desenvolvimento, o alinhamento a países centrais – como os Estados Unidos e a União Europeia – tem um fator de busca por alicerces dessa procura pelo crescimento, sendo essas as áreas tecnológicas, político-científica e financeira. A política externa do governo Dilma visa a uma aproximação entre o Brasil e polos de poder alternativos no cenário internacional, podendo vir a trazer uma participação mais proativa do País, baseada num viés político-estratégico, no qual o contato com países periféricos garante uma maior inserção brasileira em discussões e tomada de decisões na conjuntura internacional.

Em seu projeto de governo, cita-se uma tendência a priorizar a criação e estreitamento de relações com áreas da América Latina, do Sul, Caribe, Ásia e África; o que já indica uma decisão favorável ao posicionamento da política Sul-Sul, ou seja, voltada para uma realidade fora dos tradicionais alinhamentos da política externa brasileira.

Outra questão importante no planejamento

da política externa é a prioridade da atuação no campo da multilateralidade. Junto a isso, tenta-se afirmar a soberania brasileira, negando a anterior necessidade de alinhamento aos Estados Unidos. Essa tomada de atitude autônoma leva à busca de inserção da “voz” da política externa brasileira em contextos diferentes daqueles tidos como mais proeminentes, criando uma identidade própria para o Brasil naquilo que representaria o alcance dos objetivos ideológicos desse viés de política externa no cenário internacional. A multilateralidade, portanto, sustentaria a emancipação da postura brasileira no mundo, tornando-o um ator internacional que contribui como país referência na busca pela maior atuação no campo das relações internacionais, ainda que não disponha dos artificios dos maiores centros de tomada de decisões do mesmo contexto.

É interessante ressaltar que tal posicionamento já tem sido visto por meio do questionamento da gerência de determinados órgãos internacionais por parte do Brasil, com o objetivo de dar mais voz e poder aos demais países que almejam uma posição atuante no cenário internacional. Este ponto pode ser exemplificado através das opiniões emitidas pelo governo brasileiro nos fóruns de discussões mundiais, tais qual a reforma de cotas do Fundo Monetário Internacional

(FMI) – parada até hoje no Congresso estadunidense - e a busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com os integrantes do G4: Alemanha, Índia e Japão.

Existe uma forte influência idealista nestes princípios multilaterais. Uma passagem do Plano de Governo traz conceitos como a defesa da democracia, a não intervenção nos Estados - respeitando a soberania das nações -, assim como posição favorável à luta pela paz e resolução de conflitos por meio de negociações pacíficas. Remontar esses princípios às aspirações surgidas no início do século XX, que vieram a contextualizar uma mudança da visão no que diz respeito à cooperação das nações, é uma tarefa um tanto abstrata. Sem dúvida, porém, a multilateralidade, sobre a qual o governo Dilma basearia sua política externa, carrega consigo raízes no âmbito da idealização de um mundo que busca um desenvolvimento político coletivo, considerando os membros da coletividade do cenário internacional como dignos de participação nessa construção pacífica de meios para atingir objetivos, comuns ou não comuns. Ter esse discurso como parte do documento oficial de planejamento do governo Dilma traz à tona a questão: a política externa de sua gestão tem bases ideológicas condizentes com os principais anseios nacionais no âmbito das relações internacionais, ou seria apenas um modo de reproduzir um discurso defendido pelo próprio partido?

No Plano de Governo da oposição ao governo Dilma, que era sustentado, no segundo turno, pelo candidato Aécio Neves, objetivando o rumo do crescimento econômico, com a posterior consequência de maior influência no cenário internacional, a política externa se veria alinhada a países de grande influência. A maior atividade no cenário internacional, segundo as diretrizes adotadas e que tenderão a ser mantidas pelo atual governo, seria autônoma em relação a esse alinhamento, não dependendo, embora sem excluí-lo, vitalmente do apoio de países centrais para a tomada de suas decisões. Em sendo o Brasil inserido de maneira mais in-

cisiva na conjuntura internacional, poderia haver, como consequência, um desenvolvimento da política externa, e a questão do anseio nacional reside neste aspecto. Interessa ao país, de acordo com as próprias repercussões anteriores sobre a maior disponibilidade em atuar nas questões presentes no contexto internacional, como o impasse do plano nuclear iraniano e também na sua atuação no MINUSTAH – a missão da ONU que visa à estabilização social e econômica do Haiti depois da série de terremotos que abalaram o país, presente em território haitiano desde junho de 2004 -, a possibilidade de entrar em evidência no âmbito de países que fazem parte dessa tentativa homérica de construção de um cenário internacional em que não só países cuja projeção se dá numa maneira mais visível devido a suas condições de desenvolvimento participam das questões pendentes, mas também têm espaço aqueles que buscam uma voz ativa que não precise ser legitimada num nível econômico comparável às grandes potências. Esse pensamento político-estratégico se percebe, logo, como uma ferramenta passível de uso pelo governo para aumentar a credibilidade do Brasil no cenário internacional, levando-o a posições posteriores de pleitear maiores espaços na conjuntura das relações internacionais.

Tendo em vista as análises anteriormente feitas, nota-se que as diretrizes da política externa presentes no Plano de Governo da Dilma mantêm as suas bases. Assim sendo, a política externa proposta pela presidente se daria de forma a continuar as posturas que já vinham sendo tomadas desde antes de seu governo. Não há nada de novo que suponha uma alteração sensível nas práticas das relações internacionais que vêm sendo aplicadas pelo governo do PT.

A VISÃO DO ESPECIALISTA: FELIX DANE

Agatha Lopes



Felix Dane é mestre em Estudos Europeus pela London School of Economics and Political Science (LSE) e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Keele, no Reino Unido. Entre 2004 e 2009, foi assessor parlamentar do deputado Jürgen Schröder no Parlamento Europeu. Foi representante da Fundação Konrad Adenauer nos Territórios Palestinos e, desde setembro de 2012, é representante da Fundação no Brasil.¹

O Cosmopolítico: O que o senhor acredita ser necessário para formar um bom internacionalista?

Felix Dane: Eu acho que é fundamental combinar a forma tradicional de estudos com um semestre de intercâmbio ou uma pós-graduação em outro país. Em minha opinião, a formação deve ser feita em âmbito internacional. E digo isso não somente em termos teóricos, mas também de ter a experiência na prática, e, assim, conviver e entender outra cultura por si mesmo.

Não dá para fazer Relações Internacionais falando apenas a língua materna. Acho que o inglês, no momento, é a “língua franca” internacional – como foi o francês há algumas décadas: o francês era a língua dos diplomatas, agora é o inglês. Talvez mude para algum outro idioma

no futuro, mas, para mim, o fundamental na formação é falar bem a língua materna, o inglês e mais uma terceira, assim como aprender bem o idioma do país no qual você planeja estudar ou trabalhar futuramente.

Cosmo: Contemporaneamente, qual o papel desempenhado pelo internacionalista frente a sociedade?

Felix Dane: A profissão de “internacionalista” tem vários aspectos, como uma série de funções dentro de outra. Mas, em todos os seus aspectos, é fundamental saber explicar como o mundo funciona. Hoje em dia, há ainda muitos preconceitos e formas diferentes de entender o mundo devem ser explicadas à população.

Cosmo: O que o senhor teria a dizer aos jovens profissionais a se formar na área de Relações Internacionais?

Felix Dane: Façam intercâmbio - um intercâmbio também de ideias – e aproveitem cada chance de viver e trabalhar em outro país, e de trazer um pouco de lá para o Brasil. Tentem ganhar uma bolsa para estudar fora, e tentem estagiar dentro do Brasil ou até mesmo em outro lugar. Um conselho é não focar numa especialidade tão cedo: buscar ter uma formação mais abrangente e plural, e depois, sim, se especializar.

¹ Biografia cedida pelo entrevistado

Cosmo: O senhor poderia falar um pouco sobre a fundação Konrad Adenauer? Como ela atua?

Felix Dane: A Konrad Adenauer é uma fundação política da Alemanha, nós trabalhamos pela democracia, por educação política, cidadania, e diálogo internacional. Nosso trabalho é realizado na própria Alemanha, orientando e conscientizando a população alemã para o fortalecimento da democracia. E estamos representados em outros 80 países, como fazemos aqui no Brasil, para propagar os nossos valores através de palestras e publicações, por exemplo.

Cosmo: Por sua vez, qual seria a representatividade do Brasil no cenário internacional?

Felix Dane: Eu acredito que o país desempenha uma função chave. O Brasil é um grande ator de cooperações no sentido Sul-Sul, inclusive como intermediário nas relações entre os países, mas também um grande parceiro do Norte e, assim, faz-se uma ponte entre o Norte e o Sul.

Essa posição permite um papel muito privilegiado e importante nas Relações Internacionais, embora o Brasil seja por muitas vezes tímido, em minha opinião. [O Brasil] Deveria usar mais ativamente e de maneira construtiva a posição crucial na ponte que ele pode oferecer entre as nações.

Cosmo: E quanto a representatividade de nossos internacionalistas e diplomatas?

Felix Dane: Eu acho que os diplomatas e internacionalistas brasileiros são muito bem formados e com qualificação muito alta em comparação a diversos outros países no mundo. É verdadeiramente um grande prazer de ver a qualificação do corpo diplomático brasileiro, mas, às vezes, me parece que o Itamaraty fica um pouco isolado dos demais ministérios e das questões dos brasileiros.

Cosmo: O senhor é nativo da Alemanha, o que poderia dizer sobre as vivências em seu país e na União Europeia?

Felix Dane: Fiz uma pós-graduação em Estudos Europeus e trabalhei no Parlamento Europeu por cinco anos. A União Europeia é um projeto muito importante não somente para a Alemanha ou a Europa, mas para mostrar ao mundo que uma integração de vários países, uma soberania conjunta, pode funcionar; e até mesmo a democracia pode funcionar em um nível supranacional. Assim, eu acho que a UE é um experimento que formou um corpo bem estranho, muito complexo de explicar até mesmo para os próprios europeus, mas que desempenha um papel enorme e importante para o desenvolvimento das instituições internacionais e até mesmo para a paz internacional.

O ISIS E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Natália Araújo



O ISIS – Islamic States in Iraq and Syria, sigla em inglês – tem se tornado um assunto cada vez mais recorrente na mídia internacional. Apesar de existir há mais de dez anos, a problemática trazida por tal grupo tem chamado atenção e preocupado seriamente especialistas e intelectuais. Os direitos humanos estão sendo desconsiderados e violentados de tal forma que não poderia passar sem ser notado. A proposta do presente artigo é apontar a realidade do pouco avanço nos direitos humanos – principalmente ao ISIS –, a postura da Organização das Nações Unidas e das demais organizações internacionais e tentar propor alguma medida que dê maior respaldo aos direitos humanos ou algo que tente sustentá-los mais. Ademais está proposto aqui também dar foco em como e por quê o ISIS tem sido um fator tão relevante para observar a falácia dos direitos humanos.

Os direitos humanos pouco foram pensados ao longo da história. Esse regime só teve a devida atenção durante a “era dos extremos”, quando inúmeras batalhas de cunho político, econômico e ideológico acabaram por ferir o direito à vida de muitos homens e até de uma comunidade inteira – os judeus. Nesse momento, ao fim da Segunda Guerra Mundial, viu-se a humanidade chegar a um ponto de barbárie e inúmeras atrocidades,

dentre essas o mais impactante: o holocausto cometido pelos nazistas. A partir de então, começou a ser pensado um direito do homem pela também recente Nações Unidas.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem foi redigida por John Peters Humphrey, um canadense que, na época, ocupava o cargo de diretor da divisão de direitos humanos da ONU. A Carta foi apresentada em 10 de novembro de 1948 e, apesar de não ter nenhum efeito legal, é uma das bases para o Estatuto das Nações Unidas. Traz-se nela a atenção para direitos básicos como educação, saúde, liberdade, segurança e igualdade. “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.” (Artigo 7º, Declaração do Direito dos Homens). Através disso, também se consolida uma importante base para a luta de algumas causas como a do feminismo e a luta contra o racismo. Defender o Direito dos Homens passou a ser um compromisso de praticamente todos os países do Sistema Internacional. Pelo menos, esse é o discurso oficial. Na prática, no entanto, há diferentes pontos de vista sobre a evolução dos direitos humanos.

Tais direitos aqui explicados e defendidos são considerados um regime e, para melhor compreensão do mesmo, também será necessário definir o que são regimes. Dentro do sistema internacional, os regimes são um conjunto de regras e procedimentos que servem para um objetivo comum entre países – essa é uma definição padrão para a maioria dos grandes intelectuais da área. Eles podem ser econômicos, de cunho ambiental ou social, por exemplo. Os direitos humanos se enquadram em um regime que têm por objetivo preservar tudo o que já foi explicitado no parágrafo anterior: liberdade, igualdade, dentre outros. Os regimes existem, mas só importam quando não estão entre um Estado (ou um califado) e seu maior objetivo: a autopreservação.

Entendendo o que são os direitos humanos e suas premissas, pode-se explicar melhor o que é o Estado Islâmico do Iraque e do Levante. O ISIS é um grupo jihadista que diz representar e ter autonomia sobre todos os muçulmanos e se dizem a voz de tais pessoas. O grupo ganhou força na guerra civil da Síria, na qual apoiavam os rebeldes sírios. Eles defendem o islamismo e atacam tudo o que puder por em risco seus ideais e crenças. A partir dessa premissa, praticaram ações que chocaram o mundo, como publicar vídeos onde matavam pessoas que não concordavam com suas ideologias.

No fim de setembro de 2014, ocorreu a 69ª Assembleia Geral da ONU, onde 193 países participantes reafirmaram seus compromissos com a igualdade, a liberdade e outros alicerces dos direitos do homem. Alguns representantes de Estado chegaram a tocar no assunto e mostraram-se lastimados pelos vários “ataques” aos direitos humanos e às perdas que o mundo tem tido nessa batalha. O mundo tem assistido estarecido a tantos ataques aos direitos humanos. A situação é tão extrema que grandes países da lógica internacional e a ONU declararam ver o ISIS como um grupo terrorista, assim como a Al-Qaeda. O mais preocupante é pensar em uma solução. O maior problema da situação é que o ISIS não é considerado um governo oficial pela comunidade internacional, assim

como o próprio grupo não reconhece a importância da sociedade internacional. Portanto não há diálogo, visto que ao menos uma das partes não quer ser flexível a intervenções externas. O ISIS não reconhece também os regimes internacionais e com os direitos humanos não seria diferente. A prioridade é estabelecer o califado e não respeitar as regras de um sistema do qual eles não se consideram parte.

Com os dados lançados e os fatos apresentados, eis o grande desafio: como a comunidade internacional pode lidar com um grupo que ameaça constantemente os direitos humanos? Como as organizações internacionais podem intervir de maneira eficaz para impedir que mais atrocidades aconteçam? A triste realidade é que não há muito a se fazer. As ações humanitárias já vêm acontecendo e os apelos de todas as partes do mundo chegam, inclusive dentro do Iraque, da Síria e dos estados do Levante. Tentar encontrar a origem das armas e dinheiro que mantém o ISIS não é uma tarefa fácil, mas encontrá-las será um início para que se comece a, efetivamente, combater o grupo extremista.

O ano de 2014 apresentou muitos desafios no que tange à política internacional, com uma série de violações aos direitos humanos. O mundo viu um regime consideravelmente recente cair mais uma vez. Ainda que devagar, há de se estruturar melhor as intervenções humanitárias em prol de preservar a vida e a liberdade das pessoas, de onde quer que elas sejam. Os grupos extremistas vêm ganhando força com as guerras civis no oriente médio. Talvez seja a única opção vista pelos povos de combater o governo vigente. O apoio da comunidade internacional à população contra alguns governos que se estabeleceram de maneiras ditatoriais, poderia ser tido como um bom começo para evitar que os grupos terroristas se alastrassem como “alternativa”. Se isso seria quebra de soberania? De forma alguma. Um governo que não é reconhecido pelo seu povo, não deveria ser legítimo na comunidade internacional.

Demorou bastante para que os Direitos Humanos surgissem enquanto agenda das reuniões internacionais. Tê-los como base para muitas ações de

atores do sistema internacional é um avanço inegável, mas é preciso dar mais passos em direção à preservação da segurança do homem e da liberdade de expressão. “Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.” (Artigo 22º, Declaração Universal dos Direitos do Homem.).

Referências Bibliográficas:

Declaração Universal dos Direitos do Homem. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html>>. Acesso na data: 17 de outubro de 2014.

Disponível em: <<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2014/08/21/isis-teria-pedido-r-300-milhoes-para-libertar-jornalista/>>. Acesso na data: 17 de outubro de 2014.

Disponível em: <<http://www.anajure.org.br/linha-do-tempo-mostra-avanco-do-isis-no-norte-do-iraque/>> Acesso na data: 17 de outubro de 2014.

Disponível em: <http://www.epochtimes.com.br/organizacao-terrorista-isis-quer-formar-seu-proprio-pais/#.VEMAJ_ldWT8> Acesso na data: 17 de outubro de 2014.

RESENHA DO LIVRO RELATO DE GUERRA EXTREMA

Yasmin Paes



Em seu livro publicado em 2012, “Relato de Guerra Extrema”, o Prof. Dr. Jonuel Gonçalves nos convida a explorar as entranhas da guerra em seu extremo. Uma aventura intragável e cruel que tem como destino a descoberta do derradeiro ser humano, aquele que em busca da sua sobrevivência nega sua humanidade.

Trata-se de um romance, uma narrativa que se passa em um “país que se fodeu” (sic). Cabe aqui um adendo: o país é, a partir desse momento, um ex-país. Nas palavras do autor, ele perdeu sua condição de país, não podendo receber essa denominação. O Estado perdeu a capacidade de deter o monopólio legítimo da força. Portanto, não há mais garantia da soberania interna, uma vez que dentro do próprio Estado outros grupos também possuem essa capacidade.

Assim, o ex-país encontra-se em meio ao completo caos. Uma guerra civil violentíssima e sangrenta o assola e é nesse contexto que acompanharemos a luta constante de dois grupos distintos, mas que, movidos pela insaciável vontade de viver, têm sua história escrita pelo Prof. Jonuel. No entanto, qual seria o preço a pagar pela continuação da vida em um ambiente tão hostil, que não poupa nenhuma alma de sua feroz agressão? O que é necessário fazer para sobreviver em meio à guer-

ra extrema? São as perguntas que logo vem à mente dos leitores ao se depararem com a obra.

O livro não nos informa o exato espaço e tempo em que a história é narrada, mas por algumas indicações do autor, pode-se concluir que se passa no século XXI. Assim, a tecnologia avançada das armas de destruição em massa enfrenta-se e combina-se com as mais primitivas armas. Na verdade, o material bélico utilizado não só denota o tempo em que estamos como também revela que a vontade de matar é sem limites. Ao lembrarmos o massacre de Ruanda em 1994 com números estratosféricos de baixas¹, a maioria por armas brancas – as mais rudimentares – notamos a capacidade de matança em série realizada por seres humanos. Uma carnificina que já foi experimentada em outras épocas.

O fictício ex-país perdeu seu status político, toda e qualquer base para que fosse reconhecido perante outros países. Tudo está fora do lugar: o governo, a economia, as forças armadas, nada mais é o que foi,

¹ O número de mortos estimado pela Organização das Nações Unidas é de 800.000. O Governo de Ruanda estima 1.071.000 mortos. Não há consenso a respeito do número de mortos, Agence France-Presse, 6 abr. 2004. (citado em http://en.wikipedia.org/wiki/Rwandan_Genocide)

as cidades sumiram do mapa, tudo perdeu o nome. O que enxergamos, através das palavras de Jonuel, é um emaranhado de grupos, organizados ou não, que se enfrentam violentamente em um conflito marcado pelo fundamentalismo e pela sede de poder.

Permeado pela desconfiança, o ambiente é ameaçador e turbulento, o ar está empestado pelo cheiro de morte. A quebra dos padrões sociais formais é tão visível que a selvageria e o instinto são as regras da vez; humanidade e racionalidade são para poucos. Talvez aí já estejamos entrando em uma definição razoável para a guerra extrema. O estopim do conflito é a ascensão de uma seita religiosa cristã – uma igreja fundamentalista – cujo fanatismo será difundido pelo território do ex-país; eles pregam morte aos infiéis e fazem sacrifícios em massa território afora. As forças governamentais desabam, inúmeras gangues e quadrilhas aterrorizam a população remanescente. O número de refugiados cresce nas fronteiras. Outro grupo religioso, dessa vez islâmico, também clamará por espaço na guerra. A afronta aos fundamentalistas se materializa através do agregado de militares em torno do general Ferraz, que se utiliza de métodos tão radicais quanto os dos fanáticos religiosos.

A estrutura narrativa do livro se organiza em três focos. Um primeiro relata a situação de guerra geral e seus episódios brutais dia-a-dia. Os outros dois focos narrativos serão resultados do primeiro. Um acompanhará um grupo de mulheres que sobreviveu a um estupro coletivo; as feridas psicológicas superam as físicas e elas serão capazes de negar seus princípios em busca da sobrevivência e da vingança. O outro é composto por um grupo heterogêneo de pessoas que formarão uma caravana. Liderados por dois médicos e dois jovens que relatam os acontecimentos da guerra em um “jornalzinho clandestino”, eles pretendem levar ajuda humanitária até a fronteira. Durante esse percurso, a caravana cresce. O jornalzinho se torna o embrião da resistência empreendida por eles. O encontro desses grupos tão diferentes, mas tão marcados, está destinado a produzir um fenômeno que irá salvar inúmeras vidas

em meio à guerra extrema.

Inspirado em algumas das vivências de Jonuel, o livro é um somatório de vários conflitos. “O impulso de escrever é como o impulso de se defender. Legítimo. Daí eu ter partido para somar vivências, recordações, visualizações, testemunhos diretos ouvidos, sentimentos, traumas, pesadelos, sonhos e, decidi que ia escrever algo com isso tudo, ambientado num país imaginário, soma de todos aqueles” relata Jonuel em seu artigo para o jornal “Algo a Dizer”².

O título “Relato de Guerra Extrema” decorre da afirmação de Clausewitz de que “a guerra é a subida aos extremos”.³ “O extremo vai muito além de guerras clássicas e se exprime com a introdução de ódios étnico-raciais e de fanatismos religiosos que muitas vezes são encobertos pela noção de ‘identidade’”, afirma o autor, “Isso faz com que esse tipo de guerra seja devastador ao extremo.”⁴

Nascido em Angola, Jonuel Gonçalves possui nacionalidade brasileira e é um árduo defensor dos direitos humanos. Teve experiências nos conflitos pró-independência de Angola contra o sistema colonial-racista. Já no pós-independência, o autor nos conta suas vivências: “A guerra tornou-se mais clássica, inserida no quadro da Guerra Fria. A experiência que esta fase nos passou e aparece no livro diz respeito aos riscos dos campos minados, engenhos colocados deliberadamente para matar ou mutilar, diz respeito a batalhas generalizadas em centros urbanos, como foram as batalhas de Luanda em 1975 e 1992.”⁵ Seu livro pode ser visto como uma mescla de diversos conflitos através de testemunhos que recebeu sobre o genocídio em Ruanda, a Guerra da Bósnia, os conflitos na Somália, em Serra

2 GONÇALVES, Jonuel. Relato de guerra ou endoidar mas não sozinho. 2012. Disponível em: <<http://algoadizer.com.br/edicoes/materia.php?MaterialID=755>>. Acesso em: 17 out. 2014.

3 GONÇALVES, Jonuel. Entrevista concedida ao Cosmopolítico. Rio de Janeiro, UFF, out. 2014.

4 Idem.

5 Idem.

Leoa, na Líbia e tantos outros lugares. Jonuel afirma em seu artigo que “na ponta de todas as armas desses conflitos está o conceito de identidade, droga alucinante”.

No entanto, em “Relato de Guerra Extrema” temos uma perda de identidade. Não existe um país, não há um sentimento nacional, porque tudo ruiu. O conceito de identidade se confunde com a emergência de diversos grupos que buscam a sobrevivência em seus próprios termos. Mas não nos esqueçamos de que as guerras religiosas voltaram à tona após o 11 de setembro de 2001. Em “Relato” o foco é o fundamentalismo religioso, que em parte dá lugar a esse conceito de identidade nacional perdido. Ademais, a identidade destruída com a guerra dá espaço para que ela se reconstrua através da vontade de viver, ou melhor, da arte de viver, enunciando Jean-Luc Godard em seu curta-metragem “Je Vous Salue, Sarajevo”⁶. Se na guerra extrema os seres humanos perdem sua humanidade, como recuperá-la? Afinal, segundo um líder congolês citado por Jonuel em seu artigo, os direitos humanos são a “diferença entre a sociedade humana e um zoológico”. A recuperação da humanidade dos personagens envolvidos na guerra extrema é o fenômeno mais espetacular do livro de Jonuel.

Com uma linguagem informal, por vezes vulgar com a incidência de muitas gírias e palavras de baixo calão, o autor reproduz o que ouviu nos teatros de conflito e nos convoca a sentir o calor da guerra, a sentir as balas zunindo e o medo se alastrando como um vírus mortal. Além disso, descrições minuciosas de assassinatos, mutilações e estupros em massa compõem o corpo da narrativa. Esses relatos não são postos em pauta em vão. Eles são instrumentos do autor para nos mostrar que o mundo nunca esteve isento de tantas crueldades e que elas estão ocorrendo atualmente. No Mali, na Nigéria, na Síria, na Ucrânia. O mundo está em guerra e não teve trégua desde o início

6 JE VOUS Salue, Sarajevo. Direção de Jean-Luc Godard. Intérpretes: Jean-Luc Godard. Roteiro: Jean-Luc Godard. Música: Arvo Pärt. França, 1993. (2 min.), son., color.

da Grande Guerra de 1914.

Além desse livro, Jonuel Gonçalves é autor de outro romance, “Café Gelado”, focando em personagens que circulam entre Brasil e África Austral. “Relato de Guerra Extrema” é um romance curto e teve duas edições: uma em Angola publicada pela editora Mayamba e outra no Brasil, publicada pela Garamond⁷. É um livro que está destinado aos leitores desejosos de sair de sua zona de conforto. Um livro com capítulos que incomodam e deixam o leitor incrédulo das palavras que lê. A reação ao terminar de lê-lo é mais bem expressa pela última fala do curta de Godard: “Quando é hora de fechar o livro, eu não terei arrependimentos. Eu vi tantos viverem tão mal, e tantos morrerem tão bem”.

7 GONÇALVES, Jonuel. Relato de Guerra Extrema. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 111 p. (Espaço & Tempo).

O COSMO ESTÁ EM BUSCA DE PARCERIAS!

Instituto de Estudos Estratégicos
Fluminense

Por acreditar que o intercâmbio científico é parte essencial da vida acadêmica e, também, fundamental para seu próprio crescimento, o Cosmo estará sempre disponível à convites e propostas vindas de outras publicações e instituições brasileiras e estrangeiras

Contatos:

ocosmopolitico@gmail.com
ocosmopolitico.com
[facebook.com/ocosmopolitico](https://www.facebook.com/ocosmopolitico)
twitter.com/ocosmopolitico



ocosmopolitico.com

O COSMOPOLÍTICO

Relações Internacionais UFF